



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Globalização e Desafios de Desenvolvimento: Um olhar crítico ao modelo economicista de Desenvolvimento e os seus impactos em África: Caso da Guiné-Bissau.

Lucerdes Panso Tchuda

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, professora associada do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador: Professor Doutor Rogério Roque Amaro, professor jubilado do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Agosto, 2024

Departamento da Economia Política

Globalização e Desafios de Desenvolvimento: Um olhar crítico ao modelo economicista e os seus impactos em África: Caso da Guiné-Bissau.

Lucerdes Panso Tchuda

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho Piçarra, professora associada ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador: Professor Doutor Rogério Roque Amaro, professor jubilado do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agosto, 2024

Agradecimentos

Começo por agradecer a professora Clara de Carvalho pela orientação desta tese e pelo apoio moral que nunca deixou de me dar. À Professora Clara, como sempre a chamei, o meu profundo reconhecimento e admiração pela paciência, disponibilidade e todo um conjunto de conhecimentos adquirido ao longo desta jornada de Mestrado.

À minha falecida mãe, pelo apoio moral prestado no início desta caminhada.

Aos meus familiares, amigos, colegas e conhecidos, as vossas interações, conselhos e motivações, fizeram de mim «um homem forte», portanto sintam-se parte deste resultado.

Aos meu colegas do ISCTE, os meus profundos agradecimentos pela amizade, partilha, solidariedade e em alguns casos pela empatia.

DEDICATÓRIA

A tese é dedicada especialmente a minha falecida mãe, a quem sempre peço que a sua Alma descanse em paz. Ela foi uma mulher de «grande coração» e inspirou-me muito. Em tudo que fazia, sempre lutava para ser o primeiro de todos. Foi uma guerreira incansável.

Este trabalho é dedicado à minha Mãe porque, no seu momento mais difícil de saúde, isto é depois de dois anos doente, eu a «abandonei» em Bissau com o intuito de fazer mestrado em Portugal convicto que ia voltar a vê-la; infelizmente as coisas evoluíram para o pior. Sinto muito!

Gloria eterna Mãe!

RESUMO

Esta dissertação debruça-se sobre a temática da globalização e dos desafios de desenvolvimento, adotando uma abordagem crítica em relação ao modelo economicista de desenvolvimento e aos programas de ajustamento económico que foram “impostos” pelo Consenso de Washington. Especificamente, o estudo concentra-se na análise dos acordos estabelecidos entre a República da Guiné-Bissau (RGB) e duas das principais fontes de financiamento, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes acordos tiveram efeitos significativos na Guiné-Bissau, um país que atualmente apresenta índices de desenvolvimento humano abaixo do desejável. Além de examinar o crescimento económico, a investigação destaca questões relacionadas com a inclusão social, a educação, a saúde e a política local. Estes aspetos tornaram-se ainda mais vulneráveis após a celebração dos acordos, uma vez que não levaram em consideração as particularidades, a dinâmica e as necessidades específicas do país. Assim, ao analisar os desafios do desenvolvimento social e económico na Guiné-Bissau, identificam-se como questões fundamentais a falta de investimento público nas áreas mais carenciadas e a persistente desigualdade social. Este estudo, de natureza qualitativa, fundamenta-se numa pesquisa de análise exploratória, reforçada por uma extensa revisão bibliográfica e documental. Esses elementos serviram como base para o estudo de caso realizado. Na última análise, esta dissertação contribui para o debate sobre o desenvolvimento na RGB, realçando a necessidade de abordagens mais abrangentes e equitativas para enfrentar os desafios do desenvolvimento num contexto globalizado.

Palavras-chave: Críticas ao Desenvolvimento; Globalização; África; Modelo Economicista; Planos de Ajustamento.

ABSTRACT

This dissertation focuses on globalisation and development challenges, taking a critical approach to the economic development model and the economic adjustment programmes imposed by the Washington Consensus. Specifically, the study focuses on analysing the agreements established between the Republic of Guinea-Bissau (RGB) and two of the primary sources of funding, the World Bank and the International Monetary Fund (IMF). These agreements have significantly affected Guinea-Bissau, a country with human development indices below the desirable level. As well as examining economic growth, the research highlights issues related to social inclusion, education, health, and local politics. These aspects became even more vulnerable after the agreements were signed, as they did not consider the country's particularities, dynamics, and specific needs. Thus, when analysing the challenges of social and economic development in Guinea-Bissau, the fundamental issues identified are the lack of public investment in the most deprived areas and persistent social inequality. This qualitative study is based on an exploratory analysis, reinforced by an extensive bibliographical and documentary review. These elements served as the basis for the case study presented. Ultimately, this dissertation contributes to the debate on development in the GBR, highlighting the need for more comprehensive and equitable approaches to tackling development challenges in a globalised context.

Keywords: Development Criticism; Globalization; Africa; Economist Model; Adjustment Plans

LISTA DE SIGLAS

AD – Ação para o Desenvolvimento

AIDS - Acquired Immuno-Deficiency Syndrome

AOD - Ajuda oficial ao desenvolvimento

BCEAO - Banco Central de Estados da África Ocidental

BIRD – Banco internacional para reconstrução e desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CFA – Comunidade Financeira Africana

CAD – Comité de Ajuda ao desenvolvimento

CID- Cooperação internacional para o desenvolvimento

CNS- Cooperação Norte Sul

CW – Consenso de Washington

EF – Estado Frágil

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GB – Guiné-Bissau

HIV – Vírus de Imunodeficiência Humana

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IFI's - Instituições Financeiras Internacionais

IPS- Índice de Progresso Social

IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado

OCDE – organização para a Coordenação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU - Organização das nações unidas

PAE – Programas de Ajustamento Estrutural

PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PEE – Programa de Estabilização econômica

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RGB – República da Guiné-Bissau

RNB – Renda Nacional Bruta

UEMOA - União Económica Monetária Oeste Africana

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças

ÍNDICE

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	vii
INTRODUÇÃO	1
Contextualização do exercício investigativo	1
Objetivos gerais e específicos	2
Pertinência do tema	2
Metodologia	3
Contribuições Esperadas	4
Posicionamento epistemológico	4
Organização dos capítulos	5
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
1.1 Globalização, desenvolvimento e modelo economicista	6
1.1.1 As teorias do desenvolvimento: evolução e críticas	7
1.1.2 Os efeitos da globalização no mundo em transformação	10
1.2 Desenvolvimento alternativo: conceitos e inovações	11
1.3 A experiência africana face ao modelo economicista	13
1.4 Entraves para o crescimento económico na África subsaariana	15
2. Os órgãos avaliadores e os modelos economicistas de desenvolvimento	16
2.1 Evolução histórica	16
2.2 Indicadores clássicos e alternativos de desenvolvimento	17
2.2.1 Consenso de Washington e as medidas de ajustamento estrutural em Africa	19
2.2.2 Critérios de avaliação do Fundo Monetário Internacional	20
2.2.3 Dimensões da Avaliação no Fundo Monetário Internacional	22
2.3 FMI e o Banco Mundial: condicionalidades ou repressão?	24
2.3.1 Atribuições do FMI e do Banco Mundial	25
2.4 Condicionalidades ou Repressão?	27
3.0 Guiné-Bissau: estudo de caso	30
3.1 Contexto histórico e económico da Guiné-Bissau	30
3.1.1 Contexto histórico	30
3.1.2 Contexto económico	32
3.2 Fatores do subdesenvolvimento económico em Guiné-Bissau	34
3.2.1 Saúde	36
3.2.2 Educação	39
3.2.3 Os direitos humanos na Guiné-Bissau: Expectativa e Realidade	41

3.3 Os programas de desenvolvimento na República da Guiné-Bissau.....	42
3.4 Implementação do PAE na Guiné-Bissau	47
3.5 As críticas aos modelos economicistas adotados na RGB.....	49
3.6 Desafios do Modelo Economicista na República da Guiné-Bissau e seus Impactos na População Local.....	51
4. reflexão	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

Contextualização do exercício investigativo

A globalização tem sido um fenómeno dominante nas últimas décadas, afetando profundamente os países em todo o mundo. No âmbito do desenvolvimento, o modelo economicista tem sido amplamente adotado como uma abordagem predominante para alcançar o progresso e a prosperidade económica. No entanto, esse modelo tem sido objeto de críticas crescentes, especialmente quando aplicado a países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, na região da África Ocidental (Lancaster, 2007).

Cruz (2007, p.17) observa que o modelo economicista, apresentado como resposta a globalização, se configura perversa para as nações menos desenvolvidas, visto que a política seguida pelos modelos de desenvolvimento económico pode agravar os problemas já existentes em países carenciados e adiciona: “Embora o contexto da globalização tenha contribuído para uma certa hegemonização de práticas e de políticas relativas às relações internacionais, todavia, consideramos que se torna necessário ter em conta as diferenças em distintos contextos socioeconómicos e culturais”. Sen et al (2020, p.35) sustentam esta hipótese quando apontam que é possível observar um crescimento tanto da globalização quanto da desigualdade em diversos países, o que nos leva a considerar uma possível conexão entre os dois.

Posto isto, surge a questão de partida: Quais os limites da aplicação do modelo economicista e as suas implicações na Guiné-Bissau?

Por meio de uma abordagem crítica, pretende-se, identificar as desigualdades e vulnerabilidades que podem ser agravadas pela globalização e pelo modelo economicista “imposto” aos países em desenvolvimento. É importante ressaltar que muitas dessas políticas nem sempre levam em consideração as especificidades culturais e locais, o que pode resultar em impactos negativos. Nesse contexto, busca-se compreender como a Guiné-Bissau tem enfrentado os desafios impostos por essa perspectiva de desenvolvimento e quais as estratégias que têm sido empregues para promover um crescimento mais sustentável e inclusivo.

Neste cenário, o estudo também aborda questões-chave relacionadas, como de desenvolvimento sustentável, preservação cultural, autonomia económica e a busca alternativas ao modelo economicista, considerando abordagens integrativas que levem em conta as particularidades e desafios específicos enfrentados por países como a Guiné-Bissau.

O objetivo final é fornecer uma análise informada e fundamentada, que contribua para a compreensão das complexidades do desenvolvimento na era da globalização e que ajude

a identificar caminhos mais adequados para o progresso socioeconómico, preservação do meio ambiente e o bem-estar da população guineense.

Objetivos: Geral e específicos

O objetivo geral desta pesquisa é refletir criticamente sobre o modelo economicista de desenvolvimento. Isto por meio de abordagem mais ampla do conceito, que não deve ser restrito apenas ao rendimento da renda per capita ou ao equilíbrio na balança de pagamentos, mas sim orientado para a sustentabilidade ambiental, social e económica, levando em conta a influência do modelo sobre as gerações futuras. Posto isto, entende-se que é preciso refletir sob a perspectiva de uma abordagem multidimensional e integrada do desenvolvimento e levar em consideração os aspetos culturais, étnicos, políticos, tecnológicos e de infraestrutura, a fim de garantir a inclusão social e a melhoria das condições de vida das pessoas.

O objetivo geral desdobra-se nos objetivos específicos que intentam analisar a origem e a evolução do conceito de desenvolvimento, mais concretamente os principais pontos de viragem nas décadas de 70 e 80, altura do surgimento dos conceitos alternativos de desenvolvimento. O estudo também pretende avaliar os indicadores clássicos e alternativos de desenvolvimento de um país, além de analisar o papel do Consenso de Washington, acordo assinado entre o FMI e o Banco Mundial, responsável por medidas de ajuste estrutural em países africanos como a Guiné-Bissau. Por últimos, pretende-se analisar os desafios do desenvolvimento económico e social encontrados no caso de estudo da Guiné-Bissau, destacando-se como problemas fundamentais, a ausência de investimento público e a desigualdade social.

A análise dessas medidas e seus efeitos concretos na Guiné-Bissau é uma parte importante deste estudo, visto que os impactos do modelo economicista de desenvolvimento implementados na Guiné-Bissau - cujas diretrizes foram estabelecidas pelo Consenso de Washington-, tiveram consequências expressivas ao longo dos anos. Este estudo contribuirá para a reflexão sobre a importância de um modelo alternativo de desenvolvimento, que considere não somente os indicadores clássicos, mas também aspetos sociais, políticos e culturais, em um contexto de globalização e desigualdades crescentes.

Pertinência do tema

Relativamente à pertinência do tema, esta é inegável, pois a Guiné-Bissau, como muitos outros países africanos, enfrenta desafios significativos relativamente ao desenvolvimento num contexto globalizado. O modelo economicista, muitas vezes aplicado de forma padronizada, pode não levar em consideração as particularidades culturais, sociais

e ambientais do país, o que pode levar a consequências indesejadas e desigualdades exacerbadas.

A análise crítica dos impactos desse modelo em África, com foco no caso específico da Guiné-Bissau, permitirá compreender as vulnerabilidades e as desigualdades resultantes dessa abordagem. O estudo busca identificar as estratégias adotadas para promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, considerando as necessidades específicas do país.

Metodologia

Neste estudo optou-se por utilizar a metodologia qualitativa, que não prioriza a adoção de medidas, quantificações ou técnicas estatísticas de qualquer tipo. O objetivo é entender a realidade de certos fenómenos, com base na percepção dos diversos agentes sociais¹ (Gil, 2007), método que tem se revelado valioso para investigar fenómenos complexos e pouco explorados².

A pesquisa fundamenta-se em uma análise exploratória, que tem um papel fundamental na investigação de temas pouco explorados e na geração de hipóteses iniciais para pesquisas mais aprofundadas, “visto possuir um desenho mais flexível, permitindo maior aprofundamento e detalhamento dos dados, assim como possibilidade de adequação ao objeto de estudo”. (Gasque 2007, p. 114).

A pesquisa científica realizada de forma híbrida, como a qualitativa-exploratória, tem sido constantemente impulsionada pela busca de respostas eficazes, que permitam a compreensão detalhada de fenómenos complexos e tem sido frequentemente utilizada “em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais”. (Denzin 2000, p. 104).

Neste sentido, a metodologia qualitativa é a abordagem mais adequada, mais uma vez citando Gil, (2007) quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação, visto ser capaz de explorar em profundidade as nuances e peculiaridades dos contextos estudados. Neste aspeto, é considerada uma abordagem viável quando o fenómeno em

¹ Roberto Da Matta, na sua análise, sob a perspectiva da hermenêutica, da relação entre sujeito e objeto, propõe uma ideia interessante que gostaria de destacar aqui. Segundo este antropólogo, é importante considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado”, que partilham, mesmo que não comuniquem diretamente, “um mesmo universo de experiências humanas” (Matta 1991, p. 23). O que nos permite ultrapassar os nossos preconceitos em relação ao “outro”, ao diferente, é a possibilidade de dialogar com o nativo. É neste potencial de diálogo que reside a principal diferença em relação às ciências naturais e ao seu objeto: o objeto das ciências sociais é tanto transparente quanto opaco (Matta 1991, p. 27), possuindo o seu próprio ponto de vista e interpretações, que frequentemente desafiam as nossas.

² Gil (2007).

estudo “é complexo, de natureza social e de difícil quantificação”. (Liebscher, 1998, p.9). Ou seja, a riqueza e a flexibilidade desta abordagem ressaltam a sua capacidade de captar a subjetividade e complexidade dos fenómenos estudados, especialmente quando empregada em estudos de caso.

Foi escolhido um estudo de caso como forma de análise, de modo a compreender os desafios do desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau, destacando como problemas fundamentais, a ausência de investimento público e a desigualdade social. Por outras palavras, o estudo de caso apresenta diversas vantagens, como o estímulo à novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos.

Por fim, a combinação sinérgica das abordagens permite uma investigação mais abrangente e pode proporcionar contribuições importantes e uma compreensão mais rica e ampla dos fenómenos estudados.

Contribuições Esperadas

Espera-se que este estudo traga contribuições importantes para a compreensão das complexidades do desenvolvimento perante a globalização, especialmente para países africanos em desenvolvimento. A análise crítica das políticas económicas impostas pelos países ricos, especialmente os Estados Unidos, possibilitará uma reflexão sobre suas limitações e desafios em contextos específicos, como o caso da Guiné-Bissau.

Ademais, ao evidenciar os impactos específicos na Guiné-Bissau, o estudo de caso pode contribuir para a sensibilização sobre a importância de considerar as particularidades culturais, sociais e ambientais na elaboração de estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivas.

Posicionamento epistemológico

As reflexões epistemológicas relativamente ao estudo sobre *A globalização e os desafios de desenvolvimento, com um olhar crítico ao modelo economicista de desenvolvimento e seus impactos em África, com foco no caso da Guiné-Bissau*, envolvem uma análise reflexiva do conhecimento produzido nessa área. O estudo procura compreender como o conhecimento é construído, quais são as perspetivas teóricas e os métodos utilizados para investigar os efeitos da globalização e do modelo economicista de desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Nessa perspetiva, autores como Sen (1999) argumentam que o conhecimento sobre os desafios de desenvolvimento deve ir além das abordagens tradicionais e deve-se

considerar as especificidades contextuais de cada país. Segundo Sen, é necessário adotar uma abordagem multidimensional que leve em conta fatores sociais, políticos e culturais, além dos aspetos puramente económicos.

Outro autor relevante para esta temática é Escobar (2007), que propõe uma abordagem pós-desenvolvimentista que questiona os modelos economicistas dominantes. Escobar destaca a importância de considerar as perspetivas dos atores locais e as suas próprias conceções de desenvolvimento, em contraposição aos modelos universais impostos pela globalização.

Por sua vez, Santos (2014) evidencia que o conhecimento sobre desenvolvimento deve ser produzido levando em conta os conhecimentos e experiências dos países periféricos. O autor defende uma abordagem plural e inclusiva, que valorize os saberes locais e reconheça a diversidade de trajetórias de desenvolvimento.

No estudo sobre a Guiné-Bissau, estas perspetivas epistemológicas são fundamentais para compreender os impactos da globalização e do modelo economicista de desenvolvimento no país. A abordagem crítica procura desconstruir visões hegemónicas e considerar as vozes e experiências das comunidades guineenses, levando em conta as suas próprias conceções de desenvolvimento e os desafios específicos que enfrentam.

Organização dos capítulos

A introdução tem como objetivo contextualizar o exercício investigativo, apresentando a relevância do tema, os objetivos gerais e específicos da pesquisa, a metodologia adotada, as contribuições esperadas, posicionamento epistemológico e a organização dos capítulos.

No primeiro capítulo explanamos sobre os conceitos-chaves deste estudo, ou seja, a globalização e o modelo economicista de desenvolvimento, destacando suas teorias, críticas e indicadores clássicos e alternativos. Serão analisados os impactos da globalização no mundo em desenvolvimento, bem como as características e limitações do modelo economicista aliado ao desenvolvimento. Será dado destaque à experiência africana em relação a esse modelo e à introdução dos conceitos de desenvolvimento alternativo e suas inovações.

No segundo capítulo abordaremos a evolução histórica dos órgãos financiadores, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, e exploraremos os modelos economicistas de desenvolvimento adotados. Investigaremos os indicadores clássicos e alternativos de desenvolvimento e analisaremos os consensos e as medidas de ajustamento estrutural em África, particularmente sob a influência das instituições financeiras internacionais. Discutiremos os critérios de avaliação do FMI e as dimensões da avaliação no

contexto desta instituição. Ainda, questionaremos se as condicionalidades impostas por essas instituições se configuram como uma forma de condicionalidades ou repressão.

No terceiro capítulo, utilizaremos a Guiné-Bissau como um estudo de caso para compreender os fatores do subdesenvolvimento económico nesse país. Investigaremos o histórico e contexto económico guineense, analisaremos o modelo economicista de desenvolvimento adotado e seus resultados na implementação. Examinaremos os impactos desse modelo na população guineense, levando em consideração os aspetos sociais, económicos e políticos.

Relativamente ao capítulo 4, faremos uma análise aprofundada dos resultados obtidos e das informações levantadas ao longo da pesquisa. Discutiremos os principais temas e questões abordados, relacionando-os com as teorias e conceitos discutidos anteriormente.

A seguir, as considerações finais apresentarão as conclusões alcançadas a partir da análise realizada. Faremos uma reflexão sobre os resultados obtidos e discutiremos possíveis implicações e recomendações para futuras pesquisas e ações.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Globalização, desenvolvimento e modelo economicista

Segundo Castells (2007, p. 9), a globalização é um processo complexo e multifacetado, que envolve a integração crescente dos mercados financeiros, de bens e serviços, além da comunicação em tempo real. Isso representa uma dinâmica de mudanças profundas nas atividades aceleradas, na distribuição de renda e no acesso a bens e serviços. No entanto, a globalização também tem sido marcada por desigualdades crescentes entre os países e dentro deles, bem como pela degradação ambiental e pela perda de direitos sociais.

Nesse quadro, o modelo económico neoliberal tem sido criticado por diversos autores, como Stiglitz (2002), por sua ênfase na diminuição do papel do Estado e na maximização dos lucros pelo setor privado. Esse modelo tende a concentrar a renda e a riqueza em poucos grupos empresariais e privilegiar as empresas transnacionais em detrimento dos setores locais. Por outro lado, as políticas públicas, quando bem instruídas, podem ser capazes de promover o desenvolvimento igualitário e sustentável, como aponta Sachs (2012).

Essa questão é especialmente importante no contexto dos países em desenvolvimento, que enfrentam desafios específicos na busca do desenvolvimento económico e social. Nesses países, a globalização tem sido concomitante a precarização do trabalho, pela exploração das riquezas naturais e pela perda de soberania política em relação aos países associados.

Milton Santos (citado por Júnior, 2015, p. 55), critica a forma como a globalização afeta os países menos favorecidos economicamente, e considera-a destituída de ética, pois nela “se instala um sistema de perversidade, que ao mesmo tempo é resultado e causa da legitimação do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, consagrando ao final o fim da ética”. Ou seja, Para Santos, o neoliberalismo económico, mola propulsora da globalização, legitima o dinheiro, mas não leva em consideração os Direitos Humanos, nomeadamente dos países mais carenciados.

Dessa forma, a globalização e o modelo económico neoliberal que a acompanha não são inevitáveis, mas resultam de escolhas políticas e sociais. Segundo Perry (1995) O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

Desse modo reconhecer que a globalização traz oportunidades, mas também desafios que devem ser enfrentados de forma justa e sustentável são fundamentais para seguir novas rotas repensar o modelo económico, valorizando as políticas públicas e a diversidade cultural e ecológica dos países. Como propõe Sen (2000), o objetivo deve ser não apenas a riqueza material, mas também a promoção da liberdade, da dignidade e da equidade para todas as pessoas.

1.1.1 As teorias do desenvolvimento: evolução e críticas

Smith (1976), acreditava que a economia de mercado era a melhor forma de organização económica, pois ela permitia que os agentes económicos satisfizessem seus interesses individuais de forma espontânea. O autor sustentou que a economia de mercado se revelava mais eficaz do que outras modalidades de organização económica, pois proporcionava aos agentes económicos a possibilidade de desfrutar dos excedentes da produção. Adicionalmente, Smith acreditava que a economia de mercado era intrinsecamente justa, uma vez que permitia que os agentes económicos auferissem o lucro condizente com os seus esforços. Contudo, Smith não examinou devidamente os impactos adversos à economia de mercado, tais como a desigualdade de rendimento e a exploração dos trabalhadores. Ele também negligenciou as limitações da economia de mercado, incluindo a ausência de regulamentação e o risco de monopólio. Smith não abordou as implicações ambientais da economia de mercado, como a poluição e o desperdício de recursos. (Santos et al, 2012 pág. 78). Karl Marx, por seu turno, destacou a importância da acumulação primitiva de capital para o desenvolvimento económico, bem como a importância da mais-valia para a acumulação de capital. Marx também destacou a importância das relações sociais de

produção entre o capital e o trabalho para a acumulação de capital, pensamento voltado para a valorização do ser humano (Santos e al 2012).

Gonçalves (2010) destaca a necessidade de se compreender o conceito no contexto do capitalismo globalizado. O autor defende que a tendência contemporânea é a busca pelo desenvolvimento económico, o que acaba gerando desigualdades e a exclusão de grandes massas populares. Portanto, esta compreensão deve estar pautada na preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos e não apenas em questões financeiras.

Dentre as teorias do desenvolvimento, destacam-se também as críticas às teorias clássicas, como a chamada teoria da modernização. Esta última se concentra na análise de como os países podem se tornar modernos, alcançando níveis elevados de desenvolvimento económico e social. No entanto, esta teoria é considerada ultrapassada e insuficiente por muitos autores, como Cardoso (1967), que defendem a necessidade de se adequar às teorias do desenvolvimento ao contexto histórico e social específico de cada nação.

O desenvolvimento e os direitos humanos são temas que estão intimamente relacionados. O desenvolvimento³ enquanto um processo contínuo de melhoria da qualidade de vida das pessoas, que inclui o acesso a serviços básicos, educação, saúde e outros direitos fundamentais. Os direitos humanos são aqueles que todos os seres humanos têm por direito, independentemente de sua raça, género, religião ou origem. O desenvolvimento e os direitos humanos são, portanto, inseparáveis. O desenvolvimento é impossível sem o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos. Por outro lado, os direitos humanos não podem ser plenamente realizados sem o desenvolvimento. O desenvolvimento é necessário para garantir que as pessoas tenham acesso aos serviços básicos e às oportunidades de que precisam para viver com dignidade, como cita Sengupta, citado por Citolin, A., & Laskoski, G. A. (2012):

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento económico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados (Sengupta 2002, p. 66).

É importante destacar que o desenvolvimento e os direitos humanos não são apenas questões de governança, mas também questões de justiça. O desenvolvimento e os direitos humanos devem ser vistos como direitos inalienáveis de todos os seres humanos. e precisam ser percebidas as suas especificidades dentro de um contexto específico.

³ “Pauta da ONU desde o fim da segunda guerra mundial. Em 1972 a utilização inaugural do termo desenvolvimento como um direito humano em 1972, na aula proferida no Instituto Internacional de Direitos do Homem por Keba M'Baye” (DELGADO, 2001, p.85, citado por Citolin, A., & Laskoski, G. A. 2012, p.170).

O conceito de desenvolvimento só adquiriu validação científica (no sentido de dispor de uma bibliografia em línguas internacionais com circulação académica, de inspirar cursos e disciplinas em universidades relevantes e de fundamentar trabalhos académicos de certificação científica – teses de mestrado e de doutoramento) e reconhecimento político-institucional (no sentido de ser usado para designar departamentos e documentos estratégicos de governação ou ainda organismos de referência internacional e de justificar agendas de cimeiras, conferências e encontros internacionais) após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo após o célebre discurso de 1949 do Presidente Truman (Amaro 2017 p.79).

Importa ressaltar que é comum associar o aparecimento do conceito de desenvolvimento ao período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Esta afirmação tem fundamentos em vários fatores que merecem ser destacados. (Amaro, 2003).

Rogério Roque Amaro (2003) evidencia, em primeiro lugar, o processo de independência das antigas colónias europeias, impulsionado em grande parte pelos novos ventos democráticos e pelos interesses estratégicos das potências emergentes, como os Estados Unidos e a União Soviética. Estes países recém-independentes aspiravam não apenas à autonomia política, mas também ao desenvolvimento económico e social, seguindo o exemplo dos seus antigos colonizadores.

Diversos autores⁴ e instituições, incluindo os departamentos da ONU, dedicaram-se a estudar e propor estratégias para essas nações, muitas vezes influenciadas por interesses ideológicos relacionados à Guerra Fria. A produção teórica inicial sobre desenvolvimento estava intrinsecamente ligada à resolução dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos.

Os desafios da reconstrução europeia após a guerra, com o apoio do Plano Marshall, incentivaram os países devastados a buscar o progresso e a riqueza, ou seja, o desenvolvimento, como parte dos seus esforços para retomar o caminho do crescimento.

Assim, o período pós-Segunda Guerra Mundial tornou-se um marco crucial para o surgimento e a disseminação do conceito de desenvolvimento, influenciando políticas e estratégias em escala global e moldando o curso da história contemporânea.

⁴ Amaro (2003, pág. 38) cita que várias são os intelectuais que, de seguida, tentaram compreender as causas e as perspetivas do avanço das novas sociedades emergidas da Revolução Industrial, destacando-se (sem aqui me aprofundar nas suas teorias, obviamente), entre outros, as contribuições de Thomas Malthus (introduzindo a problemática dos limites resultantes dos recursos naturais alimentares), David Ricardo (com uma visão pessimista), John Stuart Mill (relativizando a visão pessimista, com a noção de qualidade do progresso, ao lado da sua dimensão quantitativa), Karl Marx (com a sua teoria revolucionária da história e do desenvolvimento do capitalismo) e Joseph Schumpeter (com as suas intuições e propostas sobre desenvolvimento, inovação e empresários).

1.1.2 Os efeitos da globalização no mundo em transformação

A globalização tem sido um dos principais fatores de mudança na economia mundial nos últimos anos. Como resultado, a mudança mundial tem experimentado profundas transformações em suas economias, sociedades e culturas. De acordo com Joseph Stiglitz, a globalização tem sido responsável por "uma mudança radical na forma como as economias nacionais se relacionam entre si e com o resto do mundo" (Stiglitz, 2002, p. 3).

Entretanto, ainda que a globalização traga benefícios significativos para o mundo em desenvolvimento, como a redução da pobreza, o aumento do comércio internacional e o acesso a novas tecnologias, também apresenta desafios significativos para esses países e é um processo que está longe de ser pacífico e consensual, mas que verdade, é caracterizado por uma série de conflitos entre diferentes grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos e subalternos. Esses conflitos podem ser vistos tanto entre diferentes grupos sociais e Estados, como também dentro desses mesmos grupos, já que não existe uma opinião única e uniforme sobre a globalização, como nos aponta Santos⁵ (2001 (citado por Castro, 2016).

Castro (2016) menciona a complexidade e a diversidade de interesses e perspectivas envolvidas na globalização e sugere que é importante entender essa dinâmica de conflito e negociação para poder avaliar suas instruções e desafios. Por exemplo, a globalização tem criado desigualdades econômicas entre os países ricos e pobres, aumentando a desigualdade de renda e o nível de pobreza. A globalização tem criado formas de exploração econômica, como o trabalho infantil e a exploração dos recursos naturais.

Somado a isso, a globalização também tem afetado a cultura e a identidade dos países em desenvolvimento, como o aumento do comércio internacional, que tem levado à homogeneização cultural, com o surgimento de novas formas de cultura global e tem criado formas de discriminação, como o racismo e a xenofobia.

Para entender melhor os efeitos da globalização no mundo em desenvolvimento, é importante considerar os diferentes contextos econômicos, sociais e culturais de cada país. Por conta disto, alguns países podem ter mais sucesso na integração na economia global do que outros, dependendo de sua capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização, favorecendo alguns no que diz respeito a proteção de sua cultura e identidade do que outros, dependendo de sua capacidade de resistir à homogeneização cultural.

⁵ "A globalização, longe de ser consensual, é [...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas". (Santos, 2001, p. 33).

1.2 Desenvolvimento alternativo: conceitos e inovações

Desde os anos 70, o conceito de desenvolvimento tem sido amplamente debatido e contestado por diversas correntes críticas. O desenvolvimento tradicional, baseado no crescimento económico, como vimos, foi alvo de críticas por não levar em consideração a sustentabilidade ambiental, a desigualdade social e a participação popular. Raposo⁶ (2017), reflete além:

Outro aspeto ainda a considerar é a profundidade e radicalidade das críticas, algumas de natureza sistémica e revolucionária, outras tendencialmente mais tópicas (i.e., focando apenas determinados aspetos do sistema capitalista) e de âmbito reformista. Apontam-se de seguida algumas das correntes, por vezes confluentes, que fundamentaram a emergência de propostas de alternativas de desenvolvimento ou de desenvolvimento alternativo. (pág. 21)

De facto, justifica-se esse pensamento de criar soluções alternativas, em função da ideia de desenvolvimento ter sido utilizada de forma indiscriminada e muitas vezes simplista, como se fosse uma solução mágica para todos os problemas sociais, biológicos e ambientais. No entanto, como destacado por Sachs (1990), a difusão do conceito de desenvolvimento parece ser benigna, o que sugere que a ideia é amplamente aceita e valorizada pela sociedade. Nesse sentido, é importante realizar uma "arqueologia"⁷, Sachs (1990), do conceito de desenvolvimento, isto é, uma análise crítica e reflexiva sobre as origens, os significados e como a inspiração desse conceito se aplica. Isso implica em questionar as premissas que o fundamentam, bem como as suas restrições e contradições.

Nesse contexto, muitas propostas frente ao desenvolvimento, que visam superar as limitações do modelo tradicional e promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado, surgem. Uma dessas propostas é o desenvolvimento alternativo, que se baseia em conceitos como autogestão, participação popular, sustentabilidade e diversidade cultural. Segundo Sachs (1990), o desenvolvimento alternativo busca "uma nova visão do desenvolvimento que coloca a pessoa humana no centro do processo, valorizando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental" (p. 9).

Ainda segundo Sachs (1990), o desenvolvimento alternativo é um processo de mudança social que visa a melhoria das condições de vida das pessoas e a proteção do meio

⁶Caderno de estudos africanos, disponível, em: <https://journals.openedition.org/cea/2293>. Consulta em 27/04/2023.

⁷Sachs (1990) apela a uma "arqueologia da ideia de desenvolvimento", "um conceito cheio de vazio [...], mas que não é erradicável porque a sua difusão aparenta ser benigna". (Citado por Raposo, 2017 – caderno de estudos africanos, disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/>. Consulta em 27/04/2023)

ambiente. Para ele, esse tipo de desenvolvimento deve ser controlado pelas próprias comunidades locais, com o apoio de órgãos governamentais e não governamentais.

Escobar (1995) também defende o desenvolvimento alternativo. Ele acredita que esse conceito é fundamental para superar a hegemonia do modelo de desenvolvimento ocidental, baseado no consumo desenfreado e na exploração de recursos naturais. Para ele, é preciso pensar em alternativas que valorizem a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Em linhas gerais, para Escobar (1995), o desenvolvimento alternativo é "uma prática e um discurso que reconhece as diferenças culturais, políticas e negativas e as utiliza como base para uma redefinição do projeto de desenvolvimento" (p. 8).

Uma das inovações trazidas pelo conceito de desenvolvimento alternativo é a valorização da economia solidária. Essa ideia busca promover o desenvolvimento pelo meio da cooperação e da solidariedade entre os indivíduos, fortalecendo as redes locais e estimulando a participação da comunidade nos processos decisórios (Fernandes, 2003).

Outra inovação é a abordagem na educação para o desenvolvimento alternativo. Esse modelo de educação visa a formação da cidadania crítica e ativa, estimulando a participação da população nos processos de crescimento de suas próprias comunidades (Gasparin, 2001). Nesse sentido, propõe-se a valorização das especificidades locais, das culturas e das formas de organização social, buscando construir um modelo de desenvolvimento que seja mais adaptado às necessidades e demandas locais.

Destarte, ao valorizar a participação popular como um elemento essencial para a construção de um desenvolvimento mais justo e equilibrado, alcança não somente os aspectos psicológicos, mas leva em consideração a participação democrática e cidadania (Sen 1999, p.19), estado de desenvolvimento que só pode ser alcançado quando se respeita e se promove a diversidade cultural, ao invés de tentar importar um modelo universal que não leva em consideração as particularidades locais" Gunder Frank (1970, p117, apud por Raposo, 2017).

No que diz respeito ao desenvolvimento alternativo, este promove uma visão mais crítica e reflexiva do processo de crescimento, buscando superar as limitações do modelo convencional em prol de um sistema mais justo, equilibrado e sustentável. Uma análise crítica da concepção de crescimento é essencial para a formulação de propostas alternativas que considerem a diversidade cultural, a sustentabilidade ambiental e a participação popular. Essas alternativas não podem ser baseadas em uma visão simplista e homogeneizadora do crescimento, mas devem ser construídas por meio de uma reflexão aprofundada sobre as necessidades locais, as demandas específicas e os desafios globais que enfrentamos atualmente.

No contexto econômico contemporâneo, o termo "economicista" descreve uma abordagem na qual os critérios e os cálculos econômicos são priorizados sobre quaisquer outros aspetos. Nesse paradigma, o objetivo primordial é alcançar o máximo crescimento econômico possível, independentemente do nível - nacional, regional ou local. (Amaro, 2017, p. 34). O autor reflete que o conceito está fundamentado nas vivências da industrialização e do desenvolvimento econômico, vistos como a rota para o avanço, pelos países europeus e por aqueles que os emulam (como os Estados Unidos), desde o período da Revolução Industrial, na edificação do capitalismo. Em outras palavras, é uma abordagem e um sistema de domínio do capitalismo, tanto como um modo de produção quanto como um modelo de sociedade. (Amaro, 2017, p. 35)

O modelo economicista trata-se de uma abordagem clássica do Desenvolvimento associando-o ao conceito ao crescimento económico. isto é, passar a utilizar sistematicamente indicadores de crescimento económico para aferir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países (Amaro 2003, p. 10)

Lange (2012), um economicista é um defensor fervoroso da maximização dos indicadores económicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), o investimento estrangeiro, a produtividade e outros indicadores de crescimento económico. Para ele, o crescimento económico é a pedra angular do progresso e do desenvolvimento, e todas as políticas e decisões devem ser orientadas para impulsioná-lo. Nessa perspectiva, as políticas económicas são frequentemente formuladas visando a liberalização dos mercados, a desregulamentação, a privatização de empresas estatais e a promoção do comércio internacional. O foco está na atratividade para investidores, na competitividade global e na maximização dos lucros.

A transição dos anos 70 marcou o início da desindustrialização e da ascensão de uma economia de serviços, encerrando a era do *developmentalism* e inaugurando o globalismo. Com mercados mais internacionalizados, o desenvolvimento passou a ser medido pela competitividade económica. No entanto, essa abordagem economicista, centrada na descentralização e na competição regional, não resolveu os problemas de desenvolvimento. Posteriormente, como veremos nos capítulos subsequentes, surgiram tentativas de um novo regionalismo, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais abrangente e inclusiva para promover um desenvolvimento sustentável e equitativo. (Amaro 2020 p.86).

1.3 A experiência africana face ao modelo economicista

O modelo económico neoliberal, que tem sido amplamente adotado em muitos países africanos, tem causado efeitos influentes na economia e na sociedade desses países. George Ayittey (1992), autor e economista ganense, observa que o modelo economicista de desenvolvimento adotado na África tem sido caracterizado por políticas de ajuste estrutural

que impuseram medidas de austeridade e liberalização do mercado, além de favorecer o setor privado em detrimento do setor público. Essas políticas, de acordo com Ayittey, têm agravado a pobreza e a desigualdade em muitos países africanos.

Outro autor que discute a experiência africana em relação ao modelo economicista é o economista senegalês Felwine Sarr⁸ (2016). Para Sarr, o modelo neoliberal adotado na África tem sido caracterizado por uma lógica exógena, que não leva em consideração a realidade local e as necessidades vividas. Ele argumenta que é necessário adotar uma abordagem mais endógena do desenvolvimento, que leve em consideração a diversidade cultural e os recursos locais.

Retomando Piketty (2013), argumenta que a desigualdade - neste contexto, o termo "desigualdade" é empregue para abordar as disparidades socioeconômicas, de renda e de riqueza, que são analisadas por Piketty, - tem sido um problema significativo em muitos países africanos, agravado pelos modelos economicistas orientados por países mais desenvolvidos, de modo que é necessário adotar políticas redistributivas para reduzir essa desigualdade, com foco nas realidades.

Essas reflexões sugerem que a observância da promoção de um desenvolvimento sustentável na África é crucial para o seguimento de uma abordagem que leve em consideração a realidade e as necessidades locais, visto que a falta de medidas que promovem o desenvolvimento inclusivo deixa muitos africanos à margem do crescimento, como nos lembra Acemoglu (2021), uma vez que o ganho tem sido canalizado para elites urbanas e governamentais. Neste cenário, para que ocorra o efetivo desenvolvimento econômico e sustentável em África, é crucial que se siga uma abordagem que leve em consideração a realidade e as necessidades locais. Esse caminho implica a diversificação econômica, a agricultura familiar, o acesso e posse da terra por parte dos camponeses e a proteção social universal, como defende Furtado (1996).

A partir destas análises, fica evidente que a experiência africana em relação ao modelo econômico tem sido um processo constante de experimentação e correção. No entanto, é imperativo que os líderes governamentais e a comunidade internacional se empenhem em conceber soluções que considerem plenamente o contexto africano, com o objetivo de fomentar um desenvolvimento econômico que seja inclusivo e sustentável em toda a região.

⁸ Sarr chama atenção para a preservação dos aspetos sociais e afetivos da cultura, designa "bem-estar", ou o equivalente senegalês ao conceito andino de "buen vivir", assinalando que o "bem viver" é também de ordem cultural, filosófica e moral e assume uma perspectiva integral da pessoa, em todas as suas dimensões". (fonte: Caderno de estudos africanos. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2335>. Consulta em 21/04/2023).

1.4 Entraves para o crescimento económico na África subsaariana

A África subsaariana é uma das regiões mais pobres do mundo, e muitos são os desafios enfrentados pelos países que a compõem para alcançar o desenvolvimento económico. Entre os principais entraves que impedem o desenvolvimento económico na África subsaariana, destacam-se a instabilidade política, a falta de infraestruturas, a falta de educação e a má gestão dos recursos naturais.

Segundo Easterly (2006), a instabilidade política é um dos principais problemas que afetam a região, visto que muitos países são marcados por conflitos internos, golpes de Estado e instabilidade política, prejudicando a economia e afastando investidores estrangeiros. A instabilidade política frequentemente resulta em uma má gestão dos recursos naturais, acarretando na degradação ambiental e gerando conflitos entre as comunidades locais. Aponta também Collier (2007) que muitos países da região são ricos em recursos naturais, como petróleo, gás e minerais, mas a falta de uma gestão adequada desses recursos pode levar à corrupção, à desigualdade e ao subdesenvolvimento. A exploração excessiva dos recursos naturais contribui para a degradação ambiental e a perda de biodiversidade.

Segundo o Banco Mundial⁹ (2017), a precariedade de infraestrutura é um obstáculo sério ao desenvolvimento, pois afeta a realização de investimentos e a integração das economias nacionais e regionais. A maioria dos países na região subsaariana enfrenta desafios para garantir estradas, transportes públicos, energia elétrica confiável e água potável para sua população. Este contexto cria um ambiente desfavorável para investimentos empresariais e dificulta a concorrência dos produtos e serviços locais.

Tchamyu et al. (2019) identificaram a deficiência na área da educação como um dos principais entraves para o desenvolvimento na região da África subsaariana. A dificuldade de acesso a uma educação de qualidade limita as oportunidades de emprego e reduz as chances de melhorias em produtividade e inovação. Sinalizam também ao Banco Mundial¹⁰, que a taxa de analfabetismo na região é alarmante, chegando a cerca de 40%. A baixa escolaridade, segundo os autores, dificulta o acesso à informação, o desenvolvimento de habilidades profissionais e o empreendedorismo, fatores que impedem a população de aderir as ferramentas necessárias para prosperar e se desenvolver economicamente.

Por fim, os problemas relativamente a saúde pública na África subsaariana são alarmantes, ainda nos dias de hoje. A proliferação de doenças como HIV e tuberculose tem taxas altíssimas de infecção, sendo a África do Sul, o Zimbabué e Moçambique, os países que

⁹ BANCO MUNDIAL. Indicadores de Desenvolvimento da África 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/453051468126374666/Africa-development-indicators-2007>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

¹⁰ Idem 7

mais contribuem para a tuberculose no globo, ocupando as três primeiras posições. (WHO, 2015, citado por Mitano et al 2016). Segundo Mitano et al (2016), a região ainda enfrenta altos índices de mortalidade infantil e materna, bem como de doenças infecciosas, o que contribui para o baixo índice de desenvolvimento humano. “Mais de 50% da população sofre de doenças evitáveis devido à má qualidade da água, como a cólera e a diarreia infantil. A malária é responsável por um óbito infantil a cada 30 segundos na região”, de acordo com Andrade et al. (2012, citado Mitano et al). Apesar da redução¹¹ da pobreza na região subsaariana entre 1990 e 2015, aproximadamente 41% da população ainda vive em extrema pobreza, com renda diária abaixo de 1,25 dólares, de acordo com a ONU ¹²(2015), revelando um sério problema de desigualdade social.

Embora haja um reconhecimento da urgência em ir além das soluções em documentos e agir eficazmente para atenuar os problemas em áreas cruciais como infraestrutura, educação, saúde e gestão adequada dos recursos naturais, a realidade mostra um cenário complexo e desafiador.

O compromisso político é frequentemente mencionado como uma necessidade para promover a estabilidade e a paz na região, mas a concretização desse compromisso tem sido uma tarefa árdua. Questões de governança, conflitos locais e influências externas continuam a minar esses esforços, tornando a obtenção de uma paz rigorosa um objetivo esquivo.

A cooperação internacional muitas vezes se depara com questões de interesses divergentes e prioridades conflitantes. A busca por soluções a longo prazo muitas vezes cede espaço para iniciativas de curto prazo e interesses imediatos.

2. OS ÓRGÃOS AVALIADORES E OS MODELOS ECONOMICISTAS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Evolução histórica

A procura pelo desenvolvimento económico é um tema central nas políticas públicas de diversos países em todo o mundo. Neste contexto, os órgãos avaliadores desempenham um papel fundamental na formulação e implementação de estratégias económicas.

¹¹ Relatório disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1527161>

¹² Os países africanos constituintes da região subsaariana encabeçam a lista dos mais problemáticos nos índices que encerram a saúde e educação, segundo o relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (UN, 2015). Apesar desse quadro, deve-se advertir, contudo, que há registo de um ligeiro crescimento económico de até 5,3% em 2012 e 5,6% em 2013, acima das taxas médias do período anterior à crise (World Bank , 2012 apud Mitano et al).

Para compreender a influência dos órgãos avaliadores, é importante explorar a evolução destas abordagens ao longo do tempo. Autores como Smith (1776) e Ricardo (1817) estabeleceram as bases do pensamento económico clássico, que enfatizava a importância da livre concorrência e do livre mercado. Posteriormente, as teorias neoclássicas, desenvolvidas por Marshall (1890) e outros, focaram na maximização da utilidade individual e na alocação eficiente dos recursos.

Com o avanço do século XX, surgiu a teoria keynesiana, proposta por Keynes (1936), que trouxe uma abordagem mais intervencionista do Estado na economia, especialmente em momentos de crise. Por sua vez, a Escola Monetarista, representada por Friedman (1957), defendeu uma intervenção mínima do Estado e maior ênfase no controlo da oferta monetária.

Estas diferentes abordagens económicas influenciaram a formulação de políticas públicas e modelos de crescimento adotados por órgãos avaliadores a nível nacional e internacional. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, é conhecido por defender políticas de austeridade fiscal e liberalização económica, seguindo uma abordagem mais alinhada com o pensamento neoclássico e monetarista. Já o Banco Mundial tem apoiado os documentos baseados na promoção do livre mercado e no investimento em infraestruturas.

Os modelos economicistas aplicados pelos órgãos avaliadores tiveram impactos significativos nas sociedades contemporâneas. Embora tenham contribuído para o crescimento económico em muitos casos, também geraram desigualdades sociais e ambientais. O foco no crescimento do PIB e na maximização do lucro muitas vezes negligencia questões sociais, como o acesso a serviços básicos e a redução da pobreza.

Ademais, a busca incessante pelo crescimento económico tem levado a uma exploração intensiva de recursos naturais e ao aumento das emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a crise climática. Apegar-se exclusivamente a indicadores económicos pode levar a decisões de curto prazo que comprometem o bem-estar das gerações futuras.

2.2 Indicadores clássicos e alternativos de desenvolvimento

Os Indicadores Clássicos são normalmente utilizados para medir o crescimento económico e o desenvolvimento dos países. Entre eles estão o Produto Interno Bruto (PIB), a Renda Nacional Bruta (RNB), e taxa de emprego. O PIB, sem dúvida, configura-se como a medida mais utilizada para avaliar o crescimento económico. No entanto, esses indicadores têm sido criticados, por exemplo, por não levar em consideração as desigualdades sociais e a qualidade de vida dos cidadãos, por não refletirem a realidade económica e social dos

países, por serem limitados e não fornecem uma visão completa e precisa da situação, sobretudo dos mais fragilizados economicamente.

Um dos principais críticos dos indicadores clássicos de medição do crescimento económico é o economista indiano Amartya Sen. Sen (2000) argumenta que o PIB e outros indicadores tradicionais não conseguiram capturar aspetos importantes do desenvolvimento, como a liberdade, a igualdade e a justiça social. Segundo o autor, o desenvolvimento não pode ser medido apenas em termos de crescimento económico, mas deve levar em conta também as liberdades e as capacidades das pessoas.

Outro autor que critica os indicadores clássicos de medição do crescimento económico é o economista francês Thomas Piketty. Na sua análise, Piketty (2013) considera que o PIB é uma medida adotada para avaliar a desigualdade económica, uma vez que ele se concentra na produção de bens e serviços e não na distribuição de renda. Segundo Piketty, o PIB é uma medida "cega" para a desigualdade e não leva em conta as disparidades na distribuição da renda e da riqueza.

Stiglitz (2012), também critica o uso do PIB como medida do bem-estar económico sob a alegação de que esta medição não reflete o bem-estar das pessoas, uma vez que ele não leva em conta fatores como a qualidade de vida, a distribuição de renda e a sustentabilidade ambiental. Para legitimar essa medição, o autor entende que é necessário desenvolver novos indicadores que levem em conta esses fatores e deem uma visão mais completa e precisa do desenvolvimento.

Para legitimar essa medição, o autor aponta que o PIB não consegue medir em termos monetário os bens e serviços, como o trabalho doméstico e voluntário. Essas atividades desempenham um papel fundamental na economia e na sociedade, mas são frequentemente negligenciadas.

No que diz respeito ao Rendimento Nacional Bruto (RNB), Sen (2000) argumenta que esta medida é uma métrica limitada do desenvolvimento humano. O RNB representa o total de renda nacional produzida por um país, incluindo rendimentos obtidos no exterior, menos pagamentos para o exterior. No entanto, Sen destaca que o RNB não leva em consideração a desigualdade na distribuição de renda nem a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde. O autor enfatiza que o verdadeiro desenvolvimento humano não pode ser medido apenas pelo crescimento económico agregado, mas deve considerar a qualidade de vida e a capacidade das pessoas de alcançar seu potencial pleno.

Quanto ao desemprego, Rodrik (2015) aponta que a taxa de desemprego pode não refletir a realidade do mercado de trabalho, pois não leva em conta trabalhadores desencorajados que desistiram de procurar emprego e aqueles que estão subempregados.

Ainda a refletir a medição da taxa de desemprego, Standing (2017) refere que não reflete a precariedade do trabalho e as condições de trabalho da população idosa. Segundo Standing, muitas pessoas estão empregadas em trabalhos precários e mal remunerados, mas ainda assim são consideradas empregadas na taxa de desemprego.

Diante dessas críticas, a necessidade de repensar os indicadores de medição do crescimento económico e desenvolvimento dos países tornou-se primordial, a fim de possibilitar o refazimento de rotas de inclusão mais justas e melhorar as condições de vida dos cidadãos marginalizados. Novos indicadores que levem em conta a liberdade, a igualdade, a justiça social, a distribuição de renda, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são necessários para fornecer uma visão mais completa e precisa do desenvolvimento económico e social, na visão dos autores citados.

Neste sentido, foram incluídos novos indicadores, considerados alternativos, com o intuito de complementar e eventualmente substituir os Indicadores Clássicos. Entre eles, O Índice de Progresso Social (IPS), desenvolvido pela Social Progress Imperative, uma métrica que avalia o progresso social de uma sociedade, levando em consideração uma variedade de indicadores relacionados à saúde, segurança, educação e meio ambiente. Diferentemente do Produto Interno Bruto (PIB) ou do Rendimento Nacional Bruto (RNB), que se concentram exclusivamente em aspetos económicos, o IPS oferece uma visão mais abrangente do desenvolvimento, considerando o bem-estar das pessoas e o impacto da sociedade no meio ambiente.

2.2.1 Consenso de Washington e as medidas de ajustamento estrutural em Africa

A imposição das medidas de ajustamento estrutural em África, sob a influência do Consenso de Washington, tem sido um tema de grande relevância nos debates académicos e nas esferas políticas. Essas medidas, recomendadas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, têm como objetivo principal, *a priori*, promover a estabilidade macroeconômica¹³ e o crescimento sustentável nos países africanos. O Banco Mundial também “ênfatiza a necessidade de dar conta dos custos sociais do ajuste estrutural e de reduzir a pobreza, conferindo grande prioridade à reestruturação dos serviços sociais, com o objetivo de incrementar a equidade e a eficiência”. (Borges, 2003, p. 126).

¹³ A agenda de políticas do Banco Mundial deslocou-se das reformas macroeconómicas estritas para as reformas do Estado e da administração pública, com o objetivo de promover a "boa governança" e fortalecer a sociedade civil. (Borges, 2003).

No entanto, é necessário analisar criticamente os impactos dessas medidas, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais da região africana.

Stiglitz (2002) argumenta que as medidas de ajustamento estrutural impostas pelo consenso de Washington têm gerado resultados negativos em África. Ele destaca que a abertura comercial indiscriminada, a liberalização financeira e a redução dos gastos públicos têm contribuído para o aumento da desigualdade social, a fragilização dos setores produtivos locais e a erosão da soberania dos países africanos.

Chang (2002), por sua vez, critica a imposição dessas políticas pelos países desenvolvidos, destacando que elas têm dificultado o desenvolvimento económico dos países africanos ao negar-lhes a oportunidade de adotar políticas industriais e comerciais protecionistas, semelhantes às adotadas pelos países desenvolvidos no seu próprio processo de desenvolvimento.

Rodrik (2006) aborda a questão da heterogeneidade estrutural dos países africanos, sob o argumento de que as políticas de ajustamento estrutural baseadas no consenso de Washington não levam em consideração as diferentes capacidades produtivas e os desafios específicos enfrentados por cada país. Ele enfatiza a importância de políticas heterodoxas que levem em conta as particularidades e as necessidades de desenvolvimento de cada nação africana.

A fim de entender as imposições estabelecidas pelo Consenso de Washington, é preciso clarificar quais são os critérios de avaliação das instituições vinculadas, para que a ajuda alcance os países em desenvolvimento.

2.2.2 Critérios de avaliação do Fundo Monetário Internacional

Os empréstimos do FMI têm como objetivo principal fornecer recursos a países que não têm acesso à liquidez nos mercados internacionais de empréstimos ou cujo acesso é difícil e dispendioso. Geralmente, esses empréstimos são acompanhados por condicionalidades, que correspondem a políticas capazes de garantir que o país consiga cumprir seus compromissos de pagamento em moeda estrangeira. Essas condicionalidades envolvem aspetos da gestão das políticas soberanas, especialmente no âmbito macroeconómico. (Coelho, 2012, pág.12). Segundo Coelho (2012) o FMI fornece recursos a países pobres com o objetivo de criar um ambiente favorável ao crescimento económico e, consequentemente, à redução da pobreza¹⁴. Essa atribuição secundária pode ser entendida

¹⁴ Coelho (2012) ressalta ainda que o FMI não tem como foco o desenvolvimento e seus empréstimos não financiam projetos. Seu objetivo é fornecer liquidez para países em desequilíbrio na

como uma forma de legitimar as ações mais importantes da instituição, que geralmente envolvem situações complexas de interação entre países credores, instituições privadas credoras e países devedores.

O Fundo Monetário Internacional utiliza critérios¹⁵ específicos que visam garantir a estabilidade económica e o cumprimento dos compromissos financeiros. Assim, se faz necessário compreender os seus fundamentos, limitações e potenciais impactos nos países recetores.

- Metas de Inflação: O FMI frequentemente estabelece metas de inflação para os países recetores como parte das condições de empréstimo. Embora a estabilidade de preços seja desejável, críticos¹⁶ argumentam que a fixação de metas rígidas pode limitar a capacidade dos países de promover políticas económicas voltadas para o desenvolvimento social e a redução da desigualdade.
- Excedentes Fiscais: O FMI costuma exigir que os países recetores atinjam excedentes fiscais como medida de sustentabilidade fiscal. No entanto, essa abordagem pode levar a cortes excessivos nos gastos públicos, afetando negativamente os serviços essenciais e ampliando as desigualdades sociais¹⁷.
- Reformas Estruturais: O FMI exige reformas estruturais, como a liberalização do comércio e a desregulamentação, como parte das condições de empréstimo. Embora essas reformas possam promover a eficiência económica, críticos¹⁸ argumentam que elas podem agravar as desigualdades e prejudicar setores mais vulneráveis da sociedade.
- Estabilidade Macroeconómica: O FMI valoriza a estabilidade macroeconómica, procurando manter a estabilidade cambial e controlar a inflação. ¹⁹No entanto, essa ênfase pode resultar em políticas que negligenciam questões sociais e ambientais, como o desemprego e a degradação ambiental.
- A análise crítica dos critérios de avaliação do FMI revela a importância de refletir sobre a sua adequação e impacto nos países recetores. Entende-se que a estabilidade económica seja um aspeto importante, entretanto, é fundamental considerar as consequências sociais e ambientais das políticas recomendadas.

balança de pagamentos, sob condições específicas relacionadas a questões geopolíticas e princípios institucionais.

¹⁵ Fonte: FMI. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/howlendp.pdf>. Consulta em 06/07/2023.

¹⁶ Stiglitz (2002),

¹⁷ Sen, (2007).

¹⁸ Cruz (2007).

¹⁹ idem

Coelho sugere envolver os países recetores no processo de definição dos critérios de avaliação, de modo a garantir a sua participação ativa, bem como as suas necessidades e realidades específicas. Assim, ajudaria a promover uma maior legitimidade das políticas propostas e evitar impactos negativos na sociedade.

Stiglitz (2002, pág. 72)) argumenta que os critérios do FMI tendem a enfatizar a estabilidade macroeconómica em detrimento do desenvolvimento social e da redução da desigualdade. Ele aponta que a busca por metas de inflação baixa e superávits fiscais pode levar a políticas que prejudicam os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Ainda no seguimento crítico, Rodrik (2006) ressalta que a necessidade de levar em consideração as especificidades e as circunstâncias dos países ao avaliar suas políticas económicas. O autor argumenta que a abordagem do "tamanho único", ou seja, uma abordagem padronizada e uniforme que não leva em consideração as diferenças estruturais e institucionais entre os países. Rodrik (2006) destaca que a abordagem adotada pelo FMI, baseada em políticas económicas uniformes para todos os países, não leva em conta as particularidades e circunstâncias específicas de cada nação. Isso pode resultar em políticas inadequadas e prejudiciais ao desenvolvimento, uma vez que não consideram as diferentes necessidades e contextos individuais.

A avaliação dos critérios do FMI também deve considerar o impacto dessas políticas nos países em desenvolvimento. Ghosh et al. (2010) destacam que as políticas de ajuste estrutural impostas pelo FMI em alguns países em desenvolvimento têm sido associadas a consequências adversas, como aumento da pobreza e da desigualdade.

Nesse sentido, é fundamental repensar os critérios de avaliação do FMI, buscando uma abordagem mais inclusiva e sensível às realidades específicas dos países. É necessário considerar não apenas a estabilidade macroeconómica, mas também as metas sociais e de desenvolvimento, garantindo que as políticas do FMI contribuam para a redução da desigualdade e para a promoção do bem-estar das populações.

2.2.3 Dimensões da Avaliação no Fundo Monetário Internacional

A avaliação no Fundo Monetário Internacional (FMI) abrange várias dimensões que proporcionam uma análise abrangente das áreas observadas pela instituição. Assim, o FMI procura avaliar cuidadosamente as necessidades dos países, considerando fatores como a sustentabilidade da dívida, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a estabilidade macroeconómica e a capacidade de enfrentar choques externos. Essa análise minuciosa da

situação económica e das perspetivas futuras permite ao FMI determinar se um país necessita de assistência financeira e em que medida essa assistência é necessária.

No entanto, Coelho (2012) salienta que o credor, devido à sua posição material vantajosa, detém o poder de estabelecer as regras do jogo, determinando o conteúdo normativo dos empréstimos. As condicionalidades impostas refletem uma conceção idealizada das políticas públicas, em particular da política macroeconómica nas suas dimensões fiscais, monetárias e cambiais. No processo de definição e implementação das políticas de empréstimo, três elementos - ideias, capacidades materiais e instituições - estão intrinsecamente interligados.

As análises realizadas pelo FMI segmentam-se da seguinte forma²⁰:

Avaliação de Necessidades: Esse critério serve para determinar se um país necessita de assistência financeira e em que medida e tem em conta vários elementos, como a sustentabilidade da dívida, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a estabilidade macroeconómica e a capacidade do país de enfrentar choques externos. Estas avaliações são realizadas através de análises detalhadas da situação económica do país e das suas perspetivas futuras.

Avaliação de Políticas: São critérios de avaliação de políticas para analisar as medidas adotadas pelo país em termos de políticas fiscais, monetárias, cambiais e estruturais. Esses critérios visam avaliar se as políticas implementadas são adequadas para lidar com os desafios económicos enfrentados pelo país e promover a estabilidade e o crescimento sustentável.

Avaliação de Resultados: Nesse aspeto, são analisados os resultados alcançados pelas políticas adotadas pelo país em termos de metas macroeconómicas, como o controle da inflação, o crescimento do produto interno bruto (PIB), a redução do desemprego e a estabilidade financeira. Esses resultados são comparados com as metas estabelecidas previamente pelo FMI para avaliar a eficácia das políticas implementadas.

Avaliação de Impacto: Por fim, os critérios de avaliação de impacto são utilizados para examinar os efeitos das políticas do FMI sobre a economia e a sociedade do país. Isso inclui a análise dos impactos sociais, como a

²⁰ Informações compiladas do site: <https://www.imf.org/>. Consulta em 07 julho de 2023

distribuição de renda e a pobreza, e os impactos ambientais das políticas implementadas. A avaliação de impacto busca identificar se as políticas do FMI estão contribuindo para melhorias no bem-estar da população e para o desenvolvimento sustentável do país.

Oatley e Yackee, (2000) citam que dentro do contexto das relações internacionais, é notável a predominância dos interesses das nações mais ricas, principalmente dos Estados Unidos²¹, no jogo político do mercado global. Nesse sentido, os interesses da superpotência revelam uma estreita relação entre o governo norte-americano e as corporações financeiras do país. É possível inferir uma ligação significativa entre a estrutura organizacional do FMI, no que diz respeito às práticas de empréstimos e governança interna, e o exercício da política externa dos Estados Unidos. Essa relação visa a dois objetivos, segundo os autores: em primeiro lugar, através da influência externa sobre o FMI, os formuladores de políticas podem atender aos interesses dos grupos que apoiam as coalizões governamentais; em segundo lugar, o governo norte-americano pode buscar seus objetivos de política externa ao criar jogos de múltiplos níveis a partir das negociações estabelecidas na concessão de empréstimos.

Estas negociações, sob a égide de concessões, visam garantir a eficácia da ajuda, de modo a incentivar os países recetores a implementarem reformas econômicas necessárias. No entanto, algumas vozes apontam que essas condicionalidades podem ser consideradas como uma forma de repressão, uma vez que impõem às nações recetoras políticas que muitas vezes não estão alinhadas com suas necessidades e realidades específicas, como podemos verificar no capítulo a seguir.

2.3 FMI e o Banco Mundial: condicionalidades ou repressão?

Mediante solicitação de um país membro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concede um empréstimo com base em um "acordo" que, quando apropriado, pode estabelecer políticas e medidas específicas que o país concordou em implementar para resolver problemas em sua balança de pagamentos. (Coelho, 2012 pág. 34). O programa económico, no qual o acordo é baseado, é elaborado pelo país em consulta com o FMI e é

²¹ A garantia da prevalência de interesses ocorre devido à assimetria na distribuição de votos no FMI. No caso dos Estados Unidos, há um fator adicional amplamente conhecido, que é o seu poder de veto, devido à quantidade de votos que excede os 16% necessários para o exercício desse poder.

apresentado à Diretoria Executiva do FMI por meio de uma "Carta de Intenções"²². Uma vez aprovado pela Diretoria, o empréstimo geralmente é liberado em parcelas sucessivas, à medida que o programa económico é implementado. Alguns acordos oferecem aos países uma única oportunidade de acender imediatamente os recursos financeiros do FMI. (Coelho, 2012, pág.35)

A "Carta de Intenções"²³ é um documento que descreve as políticas e medidas que o país se compromete a adotar para solucionar seus desafios económicos. Ela é uma manifestação formal do compromisso do país com as reformas necessárias para restaurar a estabilidade económica e promover o crescimento sustentável. A carta inclui metas específicas, como redução do déficit fiscal, controle da inflação, reformas estruturais e outras medidas para melhorar a saúde financeira do país.

Embora o empréstimo do FMI possa fornecer uma fonte vital de financiamento para países em dificuldades financeiras, é importante analisar cuidadosamente as implicações desses acordos. Alguns críticos, como Badie (2014) e Stiglitz (2002), argumentam que as condições impostas pelo FMI podem levar a medidas de austeridade, redução de investimentos sociais e aumento das desigualdades. É fundamental encontrar um equilíbrio entre a assistência financeira necessária e o impacto dessas condições na economia e na sociedade do país.

2.3.1 Atribuições do FMI e do Banco Mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são instituições financeiras internacionais que desempenham um papel central na governança económica global. A organização é uma das três instituições multilaterais estabelecidas durante a Conferência de Bretton Woods em 1944, com o propósito de administrar um novo sistema que seria implementado após a Segunda Guerra Mundial. Assim como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, o FMI tinha como principais objetivos preservar a estabilidade económica no pós-guerra e evitar a repetição de erros de política do passado. Nesse contexto, o novo sistema monetário e financeiro foi concebido com ênfase na manutenção da estabilidade das taxas de câmbio, no auxílio aos países que enfrentassem déficits em suas balanças de pagamentos e na provisão de liquidez quando necessário (Saba, 2003²⁴, p.68)

²² onde se estabelecem as condições e metas de estabilização para desbloqueamento de tranches dos financiamentos acordados; - programas de ajustamento, como documentos de estratégia exigidos pelas organizações internacionais.

²³ Disponível em: <https://www.imf.org/> Consulta em 07 de julho de 2023.

²⁴ Apud Jardim e Valk (2019): As patologias do Fundo Monetário Internacional

Em linhas gerais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenha três funções principais: supervisão internacional, assistência técnica e concessão de crédito multilateral. Essas três dimensões funcionais correspondem à responsabilidade global do FMI em salvaguardar a estabilidade financeira internacional. (Coelho, 2012).

A organização tem como objetivo primordial promover a estabilidade económica global e garantir a cooperação financeira entre os países. O FMI oferece assistência financeira a países membros que enfrentam dificuldades financeiras e busca estabilizar suas economias, restaurar a confiança dos mercados e promover o crescimento sustentável. Para conceder empréstimos, o FMI estabelece condições específicas, conhecidas como condicionalidades, que os países devem cumprir para receber o financiamento. Essas condicionalidades geralmente envolvem medidas de ajuste fiscal, reformas estruturais e políticas macroeconômicas destinadas a melhorar a saúde económica dos países em crise. O FMI desempenha um papel importante na análise e monitoramento das políticas económicas dos países membros, fornecendo orientações e recomendações para promover a estabilidade financeira global.

Por sua vez, segundo informações constantes no site da organização, o Banco Mundial tem como principal objetivo fornecer apoio financeiro e assistência técnica a países em desenvolvimento. O seu papel central é o de promover o crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza²⁵. Para alcançar esses objetivos, o Banco Mundial financia projetos e programas nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, agricultura, governança e outras áreas-chave do desenvolvimento. (BM, 2021). A instituição também desempenha um papel importante na facilitação do diálogo político e na coordenação de parcerias entre governos, organizações não governamentais e setor privado. Através de suas operações, o Banco Mundial visa melhorar as condições de vida das populações mais pobres e impulsionar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

É importante ressaltar que o papel do Banco Mundial e do FMI evoluiu ao longo do tempo em resposta às necessidades e desafios da economia global. Por conseguinte, apesar de sua relevância, a assistência internacional nem sempre desempenhou um papel positivo no apoio ao desenvolvimento e na melhoria da governança nos países beneficiários. Os países doadores muitas vezes privilegiaram considerações estratégicas em detrimento das preocupações com o desenvolvimento, enquanto os países beneficiários revelaram carência

²⁵ No site da instituição, o Banco Mundial define sua missão em trabalhar para reduzir a pobreza e promover a prosperidade compartilhada nos países em desenvolvimento. Disponível em <https://www.bancomundial.org/es/who-we-are>

²⁵ Idem

de capacidade institucional e políticas de qualidade para assegurar uma maior eficácia da ajuda recebida. (Mango, 2022).

Neste âmbito, o FMI, assim como outras organizações internacionais, pode apresentar um comportamento interno disfuncional ou patológico, prejudicando a realização dos objetivos declarados da organização. Estas disfunções podem resultar em comportamentos ineficientes devidos as suas características intrínsecas, o que o torna alvo de críticas por sua forma de atuação e funcionamento, especialmente devido às políticas prescritas pelo FMI para resolver desequilíbrios nas economias de seus membros. Uma das principais críticas feitas à instituição é que o modelo económico utilizado nos programas de ajuste não leva em consideração as particularidades de cada país, sendo aplicado de forma uniforme para todos os ajustes necessários. (Barnett e Finnemore, 1999, pág. 103)

2.4 Condicionalidades ou Repressão?

As condicionalidades políticas²⁶ são requisitos que os países devem cumprir para ter acesso aos recursos de cooperação. De acordo com os países membros do CAD²⁷, essas condições devem ser cumpridas para garantir a eficácia da ajuda, incentivando os países recetores a implementarem reformas políticas, económicas, jurídicas e institucionais acordadas em troca de assistência financeira e técnica. Resumidamente, as condicionalidades são instrumentos de incentivo utilizados numa relação entre dois atores, com o objetivo de alterar o comportamento do outro, estabelecendo condições para a relação e manipulando o seu cálculo de custo-benefício através de incentivos materiais - positivos ou negativos. (Koch, 2015 apud Conde, 2016).

Badie (2014) evidencia que as condicionalidades refletem uma relação de repressão e subordinação. Ao impor condicionalidades políticas, a CNS²⁸ não só promove o seu próprio modelo de desenvolvimento, mas também impõe as suas normas, valores e visão do mundo como universais, reforçando a posição de superioridade do doador e a inferioridade dos recetores. Esta abordagem, continua o autor, aproveita-se da relação assimétrica que constitui a própria CID²⁹, subjugando o outro a aceitar o seu lugar subalterno na relação. Badie

²⁶ O termo "condicionalidades políticas" é utilizado na literatura como parte da cooperação para o desenvolvimento, mas ganha destaque na década de 90, embora tenha surgido durante o período de ajuste estrutural nos anos 80 (Conde, 2016).

²⁷ O Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é uma entidade multilateral que faz parte da OCDE e tem como objetivo promover o surgimento e aprimoramento das políticas de desenvolvimento dos países membros.

²⁸ Cooperação Norte-Sul.

²⁹ CID- Cooperação internacional para o desenvolvimento. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

(2014) destaca que a condicionalidade política viola a soberania e sujeita os países a relações desiguais, tanto em termos materiais como simbólicos.

As condicionalidades políticas implicam uma imposição forçada das normas, valores, conceitos e paradigmas do dador, “motivadas por fatores ideológicos” (Conde, 2016, p.101), o que pode acarretar grandes desequilíbrios a médio ou longo prazo, minando a capacidade de criar as bases necessárias para um desenvolvimento sustentável e endógeno. Essa abordagem pode comprometer a autonomia e a capacidade dos países recetores de moldar suas próprias políticas e estratégias de desenvolvimento, impactando negativamente seu progresso a longo prazo. (Conde, 2016). Conde (2016) sinaliza que a organização parece duvidar da capacidade dos países em honrar o acordo, visto as exigências que os incapacitam de fazer suas escolhas, dentro de seu contexto, para a promoção do seu próprio desenvolvimento. O autor reflete que, neste aspeto,

as condicionalidades políticas serviriam para educar e disciplinar esses países no sentido da adesão as políticas identificadas como próprio desenvolvimento segundo os termos das agências internacionais e das principais potencias ocidentais. (Conde, 2016, p. 101-102).

No âmbito das definições, as condicionalidades podem ser:

- Positivas: quando os recursos da cooperação são liberados havendo os preenchimentos de requisitos.
- Negativas ou restritivas: quando a cooperação é suspensa devido ao cumprimento dos requisitos, onde são empregues sanções a cooperação.

É importante, entretanto, enumerar (Quadro 1) os impactos que essas condicionalidades podem causar aos países recetores dessa ajuda.

(CID) como um conjunto de iniciativas internacionais que visam apoiar países em seus esforços para alcançar progresso social e económico. Fonte: <https://ocid.ibict.br/sobre/> Consulta em 07/07/2023.

Quadro 1 Impactos das causalidades

Impactos na sociedade	Stiglitz (2002) destaca que essas condicionalidades frequentemente resultam em medidas de austeridade, que têm efeitos negativos sobre os serviços públicos, o bem-estar social e a qualidade de vida da população. A imposição de políticas de liberalização, privatização e redução dos gastos públicos muitas vezes conduz à desigualdade ³⁰ social e ao aumento da pobreza.
Impactos na economia	Rodrik (2008) argumentam que a imposição de políticas macroeconômicas rígidas, desconsiderando as especificidades dos países, pode levar a crises econômicas e à fragilização das economias locais. A priorização da estabilização macroeconômica em detrimento do desenvolvimento sustentável e inclusivo tem sido questionada por diversos estudiosos ³¹ .
Impactos na saúde	Navarro (2007) destaca que a redução dos gastos públicos e a privatização dos serviços de saúde podem resultar na diminuição do acesso aos cuidados médicos, especialmente para os mais vulneráveis ³² . Isso pode contribuir para o agravamento das desigualdades de saúde e prejudicar o desenvolvimento de sistemas de saúde eficientes e equitativos
Impactos na educação	A área da educação também é afetada pelas políticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Autores como Chomsky (1999) apontam que as medidas de ajuste estrutural frequentemente resultam em cortes nos investimentos em educação pública, dificultando o acesso à educação de qualidade e aprofundando as desigualdades educacionais. Isso pode comprometer o desenvolvimento humano e a formação de capital humano nos países em desenvolvimento ³³ .

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, apesar do FMI e o BM admitirem ter como política que qualquer país tenha o controle de sua política externa e esteja disposto a cumprir a carta de direitos, os países mais ricos têm o poder de decisão, visto que contribuem mais e não abrem espaço para que outros países aumentem sua contribuição, pois o conselho de executivo do FMI é quem decide o quanto cada membro pode contribuir (Conde, 2015, pág.47). Sendo assim, as principais críticas direcionadas ao FMI e ao Banco Mundial estão relacionadas às condicionalidades impostas e aos impactos negativos dessas políticas nas esferas social, econômica, saúde e

³⁰ Fato que se relaciona como fundamental para a manutenção das desigualdades, com a dominação material e simbólica para dos países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento.

³¹ A Agenda 21, por exemplo, cujo programa apresenta um programa que padroniza o desenvolvimento ambiental e racional aos países, segundo Oliveira *foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental travestidas de desenvolvimento sustentável*. (Oliveira, 2012, p.87).

³² Cujos problemas, como alta taxa de mortalidade, nomeadamente entre crianças e mulheres, falta de equipamentos e médicos, são altíssimos. (Grifo do autor).

³³ O Banco Mundial tem sido alvo de críticas por adotar uma abordagem puramente econômica e instrumental do processo educacional. Conforme apontado por Samoff (1996), o Banco percebe a educação como uma entidade opaca, concentrando sua atenção nos insumos e resultados, enquanto negligencia os aspectos relacionados à prática diária de professores e alunos.

educação. Essas críticas levantam questões sobre a adequação e eficácia das políticas de ajuste estrutural e apontam para a necessidade de considerar as especificidades dos países e as necessidades de suas populações ao formular e implementar programas de desenvolvimento. É fundamental promover um debate amplo e participativo sobre o papel dessas instituições na busca por um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

3.0 GUINÉ-BISSAU: ESTUDO DE CASO

Ao longo deste capítulo, investigaremos os fatores que contribuem para o subdesenvolvimento económico e, buscando compreender o contexto histórico e económico que moldou a sua situação atual. Analisamos em detalhe o histórico e o contexto económico da Guiné-Bissau, com o objetivo de explorar os eventos e processos que influenciaram o desenvolvimento do país ao longo do tempo, desde a sua independência até aos dias atuais. Examinamos os desafios e as características específicas do contexto económico guineense, tendo em consideração fatores como os recursos naturais, a infraestrutura, o mercado de trabalho e as relações comerciais.

Acerca dos modelos economicistas de desenvolvimento adotados na Guiné-Bissau, refletimos sobre as políticas, estratégias e medidas económicas implementadas pelo governo com o objetivo de impulsionar o crescimento e promover o desenvolvimento do país. Analisamos os princípios e as premissas subjacentes a esse modelo, bem como as suas implicações e efeitos na economia guineense.

Por fim, examinamos a implementação dos modelos e os seus resultados, bem como as iniciativas empreendidas, as políticas implementadas e as ações adotadas para alcançar os objetivos propostos pelos países ricos por meio dos programas de desenvolvimento económico. Investigaremos os impactos económicos e, sobretudo, sociais dessas medidas, analisando tanto os resultados positivos quanto os desafios enfrentados no processo de implementação.

3.1 Contexto histórico e económico da Guiné-Bissau

3.1.1 Contexto histórico

A Guiné-Bissau é um país de dimensões reduzidas situado na costa ocidental de África, abrangendo uma área total de 36.130 km². Faz fronteira com o Senegal a norte, com o oceano Atlântico a oeste, e com a Guiné-Conacri a leste e sul. (Figura 1). Para além do território continental, o país engloba ainda cerca de 80 ilhas que compõem o Arquipélago dos

Bijagós³⁴. Segundo os dados do Banco Mundial (BM)³⁵ a partir de 2022, a população do país rondava os 2.105.566 habitantes, refletindo um crescimento demográfico constante. O PIB per capita também teve um aumento significativo, atingindo aproximadamente 775,8 dólares em 2022. Embora esses números sugiram um certo progresso económico, é importante ressaltar que a taxa de pobreza ainda é alta, com 21,7% da população vivendo com menos de 1,90 dólares por dia, de acordo com dados de 2022. Apesar do crescimento anual do PIB de 3,5% em 2022, o país ainda enfrenta desafios significativos, incluindo uma taxa de desemprego de 3,2%.



Fonte: <https://www.pordentrodaafrica.com/>

A história da Guiné-Bissau remonta a tempos ancestrais, quando diversas comunidades étnicas habitavam a região. Essas comunidades, como os mandingas, fulas, balantas e outras, desenvolveram suas próprias culturas, tradições e sistemas sociais. O período pré-colonial foi marcado pela diversidade étnica e pelo estabelecimento de estruturas sociais e políticas autónomas (Santana, 2015)

A resistência contra o domínio colonial português começou a se intensificar no século XX, com o surgimento de movimentos nacionalistas que lutavam pela independência do país. O principal líder dessa luta foi Amílcar Cabral, que fundou o partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e liderou uma guerra contra as forças coloniais.

A Guiné-Bissau conquistou sua independência em 1973, após uma longa luta armada contra Portugal. O país tornou-se oficialmente independente em 1974 e adotou o nome de República da Guiné-Bissau. O período pós-independência foi marcado por desafios e turbulências políticas, incluindo conflitos internos e instabilidade governamental.

O contexto histórico da Guiné-Bissau também é influenciado por fatores como a sua localização geográfica estratégica, a diversidade étnica e cultural da população e os recursos naturais abundantes, como a agricultura, a pesca e a extração de minerais. Esses fatores

³⁴ Arquipélago classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera, em 1996.

³⁵ Fonte: Banco Mundial: Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/GW?locale=pt>

desempenham um papel importante na economia e na sociedade guineenses, bem como nas relações políticas e económicas com outros países e organizações internacionais. (Gomes, 2019).

3.1.2 Contexto económico

O contexto económico da Guiné-Bissau é uma questão de relevância fundamental no cenário internacional, dado o impacto que essa nação africana enfrenta em seu desenvolvimento e crescimento. Para compreender essa realidade complexa, é imperativo considerar diversos fatores e abordagens analíticas, que lançam luz sobre a economia guineense.

De acordo com Faria (2018), a Guiné-Bissau, após sua independência em 1974, enfrentou desafios significativos em sua busca por estabilidade económica e desenvolvimento. A instabilidade política crónica, associada a golpes de estado e conflitos internos, prejudicou o crescimento económico consistente do país. Essa instabilidade afetou negativamente os investimentos internos e externos, bem como a capacidade do governo de implementar políticas económicas eficazes. A corrupção tornou-se uma questão endêmica que mina os esforços de desenvolvimento económico. Os recursos naturais, podiam constituir fonte significativa de receita para o país. No entanto, a má gestão desses recursos devido à corrupção prejudica a economia e deixa a população civil sem os benefícios que deveriam ser derivados dessas riquezas naturais. A corrupção, a falta de transparência e a governança frágil são questões críticas nesse contexto, como apontado por Camará (2020). A má gestão desses recursos pode minar o potencial económico do país e agravar as desigualdades existentes.

Outro fator crítico a ser considerado é a dependência significativa da Guiné-Bissau da agricultura, que representa uma parcela substancial do PIB do país. Segundo Mendes (2019), a produção de culturas como arroz, amendoim e castanha de caju desempenha um papel crucial na economia guineense. No entanto, a falta de diversificação económica torna o país vulnerável às flutuações nos preços das *commodities* no mercado internacional. Os agricultores guineenses enfrentam desafios como o acesso limitado a tecnologias agrícolas modernas, o que reduz a produtividade e dificulta a saída da pobreza.

No entanto, é importante destacar que o país possui ativos valiosos, como sua rica biodiversidade e sua localização estratégica na região da África Ocidental. A promoção do ecoturismo e o fortalecimento das parcerias regionais podem ser elementos-chave para estimular o crescimento económico sustentável, como sugerido por Barbosa (2021).

A RGB enfrenta desafios ainda maiores quando se trata de infraestrutura básica, acesso à educação e serviços de saúde. A falta de investimento nessas áreas essenciais limita o desenvolvimento humano e económico da população. O acesso limitado à educação de qualidade perpetua a pobreza e a falta de oportunidades para os jovens guineenses.

Uma visão geral³⁶ dos indicadores económicos da RGB pode ser verificada no quadro abaixo:

Quadro 2 Indicadores Económicos da Guiné-Bissau

Indicadores Económicos da Guiné-Bissau			
	Último	Anterior	Ano
PIB Taxa de crescimento anual	4.7	4.4	2023.3
Taxa de desocupação	3.6	3.6	2022.12
Taxa de Inflação	7.8	8.9	2023.7
Taxa de Juros	5	5	2023.8
Balança comercial	-118	-27.7	2022.12
Transações correntes	-118	9.4	2022.12
Transações correntes (% PIB)	-1.1	-3.7	2021.12
Divida. Pública (% PIB)	41.1	37.8	2022.12
Saldo Orçamental (% PIB)	-5.5	.5.6	2022.12

Criado pelo autor. Dados compilados de: <https://pt.tradingeconomics.com/guinea-bissau/indicators>

Os indicadores económicos agora expostos da Guiné-Bissau delineiam uma realidade de grande complexidade e desafio. Embora vislumbrem alguns sinais de avanço em determinados domínios, a fragilidade económica permanece como uma preocupação central. Esta circunstância nos instiga à ponderação sobre as vicissitudes a ultrapassar na busca por uma economia mais inclusiva e sustentável.

Em primeiro lugar, cumpre destacar o crescimento económico. A Guiné-Bissau registou, em 2023, um crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,7%, o que é, sem dúvida, auspicioso. Contudo, afigura-se imperativo que este crescimento seja mais

³⁶ A visão mais amplificada desses valores atualizados até 31 de agosto de 2023 podem se verificados nos anexos a, b e c.

robusto e consistente, de modo a ter um impacto substancial na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Uma persistente taxa de desemprego, mesmo mantida em níveis baixos, exige uma atenção especial, gerando oportunidades laborais e a mitigação da vulnerabilidade económica.

Relativamente à taxa de inflação, ainda que esta tenha diminuído para 7,8% em 2023, mantém-se num patamar relativamente elevado. Tal pode repercutir-se de forma substancial no poder aquisitivo das famílias e na estabilidade económica do país. A redução da inflação implica, pois, a implementação de medidas de controlo de preços e a adoção de políticas económicas sólidas.

A balança comercial, com um défice de -118 em 2022, evidencia uma notável dependência das importações e, conseqüentemente, impõe a necessidade urgente de fomentar a produção interna e estimular as exportações. Este cenário guarda uma relação estreita com as transações correntes, as quais, de um superavitário passaram a evidenciar um défice significativo.

O acréscimo da dívida pública, ascendendo a 41,1% do PIB em 2022, suscita preocupações legítimas. A gestão criteriosa do endividamento e a adoção de políticas de financiamento devem tornar-se imperativas para se prevenirem crises económicas. Aumentar que o défice orçamental de -5,5% do PIB enfatiza a urgência de uma administração orçamental mais eficiente.

A conquista de uma economia mais inclusiva na Guiné-Bissau implica uma profunda reflexão sobre a necessidade de um esforço coordenado e sustentado. Isso nos leva a considerar a importância de investimentos substanciais em educação e formação, com o objetivo de aumentar não apenas a capacidade produtiva da população, mas também de fomentar a criação de empregos dignos. É fundamental refletir sobre como o estímulo à agricultura e ao desenvolvimento rural pode desempenhar um papel crucial nesse processo. Essas iniciativas não apenas contribuiriam para reduzir a dependência das importações, mas também para aumentar a segurança alimentar do país. Nesse contexto, é essencial questionarmos e repensarmos as estratégias e políticas possíveis para alcançar um futuro mais inclusivo e próspero para o país.

3.2 Fatores do subdesenvolvimento económico em Guiné-Bissau

Como já explorado, a Guiné-Bissau enfrenta graves problemas que retardam o seu desenvolvimento económico. Dentre as principais causas que originaram para o subdesenvolvimento da nação, destaca-se a instabilidade política. Desde a conquista da

independência em 1973³⁷, o país vem sofrendo uma sequência de golpes de Estado, e a governança tem sido frequentemente marcada por conflitos internos. Essa situação tensa tem dificultado o progresso económico, afugentado investimentos estrangeiros, gerados choques no clima de negócios locais e impedido a tomada de decisões importantes. (Hughes e Lawson, 2015).

Por conta da instabilidade política, a corrupção tem sido um problema crônico e tem contribuído para o agravamento da pobreza e da desigualdade social. De acordo com Lopes (2017), a corrupção na Guiné-Bissau é sistêmica e ocorre em todos os setores da sociedade, desde o governo até as pequenas empresas. Este problema causa impactos significativos na economia e na sociedade. Chissano (2018) corrobora a reflexão de que a corrupção afeta diretamente a alocação de recursos e a eficiência dos investimentos públicos, para além de firmar e aumentar o custo de fazer negócios com estrangeiros. e afasta os investidores estrangeiros, o que prejudica ainda mais a economia do país. Lopes (2017) destaca que a corrupção contribui para a desigualdade social e a exclusão dos mais pobres. Afro Barómetro (2019, p.64) afirma que:

A corrupção impede o desenvolvimento económico, político e social da África. É um grande obstáculo para o crescimento económico, uma boa governação e liberdades básicas, tais como a liberdade de expressão e o direito dos cidadãos de exigirem que os seus governos prestem contas. Transparência Internacional (Afro Barómetro 2019 apud Pereira, 2021, p.64).

Além da corrupção, a Guiné-Bissau também tem uma história recente de totalitarismo. O país esteve sob controle de um regime ditatorial durante muitos anos, o que contribuiu para agravar a situação da corrupção no país. O totalitarismo é um regime político que exerce controle absoluto sobre a sociedade e que não permite a existência de partidos políticos ou grupos de oposição. (Ferreira (2012). Neste sentido, o totalitarismo contribuiu para a concentração de poder e para a ausência de uma cultura de transparência.

O país sofre com muitos outros problemas, incluindo a pobreza generalizada, a má qualidade das infraestruturas, a falta de investimento em capital humano, a corrupção e a degradação ambiental. Estes problemas têm um efeito negativo sobre a economia do país, impedindo que a Guiné-Bissau alcance seu potencial em setores-chave, como a agricultura, o turismo e a pesca.

O país é rico em recursos naturais, como madeira e pesca, mas a falta de uma gestão adequada desses recursos tem levado à sua exploração excessiva e à degradação ambiental.

³⁷ A independência de Guiné-Bissau foi declarada em 24 de setembro 1973, tornando-se a primeira colônia portuguesa no continente africano a separar-se. Contudo, Portugal só reconheceu a separação em 10 de setembro de 1974.

Sinalizam Boubacar-Sid e Berck (2016), que a falta de regulamentação e controle do setor pesqueiro tem prejudicado a economia do país e afeta o cumprimento das comunidades locais que dependem da pesca.

Nos aspetos relacionados a agricultura, o país ainda que tenha um grande potencial agrícola, falta investimento no setor, tanto na área da infraestrutura quanto na parte tecnológica e na formação de capital humano, fatores que reduzem a produtividade nesse segmento e o país deixa de beneficiar das oportunidades de comércio internacional e de melhorar a qualidade de vida da população rural. (Mendy e Adepoju, 2020).

Relativamente à falta de infraestruturas básicas, problema que prevalece nos países da Africa subsaariana, este reflete-se também como um entrave ao desenvolvimento económico na Guiné-Bissau. Segundo o Banco Mundial (2018), a Guiné-Bissau possui um dos indicadores mais fracos de infraestrutura da África Subsaariana, com poucas estradas pavimentadas, falta de eletricidade, água potável e saneamento básico. A falta de infraestrutura, nesta cena, limita o desenvolvimento de diversos setores da economia e dificulta a realização de investimentos estrangeiros.

Segundo Camara (2020, p 64), a pobreza é “a privação de recursos básicos” e pode gerar um círculo vicioso que perpetua a falta de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante direcionar políticas de desenvolvimento para reduzir a desigualdade económica e social, o que pode ser alcançado por meio da criação de empregos, da promoção de investimentos e da melhoria do acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

3.2.1 Saúde

A Guiné-Bissau enfrenta uma série de problemas relacionados à saúde que têm um impacto significativo em seu desenvolvimento económico. Essas questões têm raízes profundas e multifacetadas e exigem uma abordagem integrada para serem abordadas.

De acordo com o *Índice de Estados Frágeis de 2018* divulgado pelo The Fund for Peace, a República da Guiné-Bissau (RGB) é definido como o décimo sexto país com maior fragilidade no mundo, dentre um total de 178 nações avaliadas. Esta classificação baseia-se principalmente em restrições no funcionamento governamental e na prestação de serviços públicos aos cidadãos, aspetos que se alinham com os critérios de 'legitimidade' e 'eficácia' estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para identificar um Estado Frágil (EF). (Guerreiro et al, 2018, p.550).

Para clarificar essa categorização, é importante dizer que O "Índice de Estados Frágeis" é uma ferramenta de avaliação³⁸ que categoriza os países de acordo com o seu grau de fragilidade ou estabilidade política, social e econômica. Este índice é revisado anualmente pelo The Fund for Peace³⁹, uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos.

Para calcular o índice, são considerados diversos indicadores que avaliam a fragilidade de um Estado, incluindo fatores como conflitos internos, corrupção, deficiências na governança, desigualdade social, carência de serviços públicos, entre outros. A sua finalidade é fornecer uma perspectiva geral da situação em que se encontram os diferentes países em todo o mundo, em termos da sua capacidade para manter a estabilidade e a coesão interna.

O Índice de Estados Frágeis é uma ferramenta de importância relevante para organizações internacionais, governos e analistas que procuram compreender e abordar os desafios enfrentados por países que possam estar em situações de vulnerabilidade ou instabilidade. Este índice auxilia na identificação de áreas problemáticas que podem exigir intervenção ou assistência internacional.

Assim, a fragilidade indicada pelo índice é legítima, tendo em vista que uma das principais preocupações de saúde na Guiné-Bissau é a alta taxa de mortalidade materna infantil. De acordo com o Banco Mundial (2020), a RGB possui uma das maiores taxas de mortalidade infantil do mundo⁴⁰, o que é um reflexo direto da falta de acesso a serviços de saúde de qualidade. A desnutrição infantil também é uma preocupação significativa, afetando o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, o que, por sua vez, tem implicações de longo prazo para o capital humano do país.

A malária é outra doença endêmica na Guiné-Bissau que tem um impacto severo na saúde da população e, conseqüentemente, na economia. De acordo com o Instituto Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau (2019), a malária é a principal causa de morbidade e mortalidade no país. Além de representar um fardo significativo para o sistema de saúde, a

³⁸ O uso do termo "Estado frágil" é objeto de debate, especialmente entre os países rotulados como tal. Isso levou algumas agências a adotarem o conceito de "Estado resiliente", embora isso não tenha impacto nos princípios subjacentes do conceito, que incluem características como um governo fraco, políticas ineficazes e instituições ainda não consolidadas. Essas características podem resultar da falta de vontade dos governantes, da incapacidade política ou econômica, conforme discutido por diversos autores (Brannelly, Ndaruhutse e Rigaud em 2009, Davies em 2011, Kirk em 2007 e Bengtsson em 2011). Autores referenciados por Morgado e Silva, (2016).

³⁹ Fonte: <https://fundforpeace.org/>

⁴⁰ Os dados mais recentes indicam que as mortes no primeiro mês de vida representam 43% das mortes de menores de 5 anos, um valor consideravelmente acima da média observada na África Ocidental e Subsaariana. Além disso, a Guiné-Bissau apresenta uma das taxas de mortalidade materna (TMM) mais elevadas do mundo, estimada em 667 por 100.000 nados-vivos. Mais de um terço (36%) dos nascimentos ocorrem de mães com menos de 20 anos de idade, enquanto três quartos desses nascimentos são de mães que deram à luz menos de 2 anos antes. Fonte: <https://www.unicef.org/guineabissau/pt/sobreviv%C3%Aancia-e-desenvolvimento-infantis>. Consulta em 28/02/2024.

malária também leva a uma perda de produtividade devido à incapacidade das pessoas doentes de trabalhar.

A falta de infraestruturas de saúde adequada é uma barreira adicional para a obtenção de cuidados médicos em todo o país. Muitas áreas rurais não têm acesso a serviços de saúde básicos, e a qualidade dos serviços de saúde disponíveis é frequentemente inadequada. Isso resulta em uma busca tardia por atendimento médico e, em última análise, em condições médicas que se agravam, prejudicando a produtividade da população.

A Guiné-Bissau enfrenta desafios na prevenção e controle de doenças transmissíveis, como a tuberculose e o HIV/AIDS. Essas doenças, além de representarem uma ameaça à saúde pública, também têm implicações econômicas diretas devido aos custos associados ao tratamento e à perda de produtividade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (PNUD)⁴¹ ressalta que, além das doenças que podem ser transmitidas de pessoa para pessoa e das doenças que podem ser prevenidas por meio da vacinação, a desnutrição emerge como o principal problema de saúde pública entre as doenças não transmissíveis. Ela desempenha um papel significativo na mortalidade tanto entre os jovens como entre as mães. No contexto das doenças não transmissíveis, menciona-se as doenças cardiovasculares, com destaque para a hipertensão arterial, diabetes e outras doenças crônicas degenerativas, incluindo o Câncer.

Outra situação precária no país é a falta de acesso à água potável e aos serviços de saneamento básico, fatores que contribuem significativamente para a propagação de doenças contagiosas em todos os estratos sociais e têm um impacto negativo tanto na prevalência de doenças endêmicas quanto na redução da expectativa de vida dos cidadãos. (Sani e Oliveira, 2014).

Para enfrentar esses problemas de saúde, a RGB conta com um sistema inundados com ajudas internacionais, nomeadamente ONGs, agências bilaterais e multilaterais, “muitas vezes colaborando com organizações da sociedade civil locais, nem sempre capazes de compreender as implicações das suas intervenções no contexto específico dos Estados Frágeis”. (Guerreiro et al, 2018, p.550).

Entretanto, essa transferência de responsabilidades do Estado para ONGs e outras agências não estatais é o elemento central do sistema emergente de governança transnacional, que permite que instituições de governança global, como o FMI e o Banco

⁴¹ Ainda segundo o relatório, o país conta com IDH de 0,289, encontrando-se na 164ª posição num total de 169 países. Fonte: OCDE. Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, OCDE. 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/countries/guinea-bissau/48899975.pdf> Acesso em 03/08/2023.

Mundial, sejam realizadas como tendo autoridade sobre os Estados nacionais da mesma maneira que estes últimos têm autoridades sobre suas bases. Assim, a questão de essas organizações globais, como o FMI, o Banco Mundial e até mesmo a OMC, não estão tomando medidas que afetem a vida das pessoas sem as submeterem aos mecanismos de responsabilização democrática. (Pereira, 2021).

Isso significa que as abordagens multidimensionais necessárias que envolvem investimentos significativos em infraestrutura de saúde, educação em saúde e promoção de práticas de higiene adequadas estão longe do ideal. O fortalecimento da governança e a transparência no setor de saúde, com foco no combate a corrupção, podem garantir que os recursos destinados à saúde sejam utilizados de maneira eficaz. Esse processo requer não apenas investimentos em saúde, mas também uma abordagem abrangente que leve em consideração os determinantes sociais e económicos da saúde.

3.2.2 Educação

A educação em Guiné-Bissau, constitui um fator crítico que impacta diretamente o desenvolvimento económico do país. A falta de acesso à educação de qualidade e os desafios enfrentados pelo sistema educacional guineense têm efeitos significativos sobre a capacidade do país de promover o crescimento económico sustentável.

Segundo os dados do Banco Mundial (2020), Guiné-Bissau enfrenta uma taxa de analfabetismo alarmante, com cerca de 60% da população adulta incapaz de ler e escrever. Essa falta de habilidades básicas de leitura e escrita limita drasticamente as oportunidades de emprego e a participação da população no mercado de trabalho formal. A falta de educação também dificulta a capacidade das pessoas de buscar oportunidades de emprego que possam melhorar sua renda e qualidade de vida.

As infraestruturas educacionais são inadequadas em muitas partes do país, com falta de escolas, professores qualificados e materiais didáticos. Soma-se a isso, a falta de recursos e investimentos no setor educacional que limita o acesso à educação de qualidade, principalmente nas áreas rurais. A instabilidade política recorrente no país afeta negativamente o funcionamento das escolas e a continuidade do processo educacional. (Furtado, 2020).

O país possui um sistema educacional caracterizado por "interrupções e incongruências resultantes de reformas incompletas" (Morgado e Silva, 2016, p.39) e tem sido alvo de significativas alterações promovidas por organizações internacionais, com o objetivo de revitalizar o sistema de ensino e reduzir as taxas elevadas de abandono e repetência, passando à melhoria da qualidade da educação.

A taxa de conclusão do ensino primário e secundário é extremamente baixa, o que resulta em uma população com pouca formação acadêmica e habilidades profissionais limitadas. Isso dificulta a capacidade do país de atrair investimentos, promover a inovação e desenvolver setores económicos mais diversificados. (Furtado, 2020).

Morgado e da Silva (2016) apontam que nos últimos 40 anos, o setor educacional da RGB recebeu um amplo apoio externo de várias fontes, tanto de organizações multilaterais (como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial) quanto de parceiros bilaterais (incluindo a Suécia, a Holanda e Portugal). No entanto, o sistema educacional foi profundamente impactado pelos Planos de Ajustamento Estrutural, acarretando empréstimos contraídos pelo governo guineense junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

Os autores consideram que as condicionalidades associadas a esses empréstimos acabaram por agravar ainda mais a fragilidade do sistema educativa, levando à adoção de medidas que proibiram os custos da educação para a maioria da população, incluindo a privatização do sistema de ensino. Isso resultou na eliminação da igualdade de oportunidades, no aumento da relação entre professores e os alunos, na desmotivação dos docentes e na migração dos professores mais qualificados devido às más condições e à liberalização do sistema (Morgado e da Silva, 2016).

Cruz (2007) aponta que “tanto para o FMI como para o BM, os atores guineenses não passaram de meros economistas preocupados em satisfazer a exigência dos credores e do serviço da dívida, em detrimento do bem-estar das populações”, especialmente nas áreas essenciais para o desenvolvimento, como educação e saúde (Cruz 2007 p. 28).

É preciso ressaltar que a falta de acesso à educação de qualidade também perpetua a pobreza e a desigualdade. Assim, aqueles que têm acesso à educação têm maior probabilidade de romper o ciclo da pobreza e contribuir para o desenvolvimento económico do país. No entanto, muitos jovens guineenses são privados desse acesso, o que perpetua a falta de oportunidades económicas e sociais.

Os problemas relacionados com a educação em Guiné-Bissau representam desafios significativos para o desenvolvimento económico do país. O direito a uma educação pública de qualidade, conforme reza a constituição⁴² do país deve ser cumprido. Uma alternativa deve dirigir-se no sentido de repensar políticas eficientes para o setor, com o propósito de

⁴² 1- A educação visa a formação do homem. Ela deverá manter--se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso. (Guine Bissau, 1996). Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf

estabelecer um sistema educativo baseado nas raízes culturais africanas, enquanto integra o conhecimento, a ciência e a tecnologia das cidades modernas em prol do desenvolvimento das cidades, da população e do país.

3.2.3 Os direitos humanos na Guiné-Bissau: Expectativa e Realidade

A promoção e a proteção dos direitos humanos são pilares fundamentais de uma sociedade justa e democrática. Na Guiné-Bissau, como em muitos outros países, há uma expectativa clara de que esses direitos sejam respeitados e garantidos. No entanto, a realidade muitas vezes difere das expectativas, com desafios significativos que continuam a afetar a eficácia da proteção dos direitos humanos no país.

De acordo com Nascimento (2019), a Guiné-Bissau enfrenta uma série de desafios relacionados aos direitos humanos, que abrangem várias áreas, desde a liberdade de expressão até o acesso à justiça. Um dos desafios mais prementes é a falta de independência efetiva do sistema judicial, com casos de corrupção e influência política que minam a confiança no sistema legal.

A liberdade de expressão também é uma questão crítica na Guiné-Bissau, onde jornalistas e defensores dos direitos humanos muitas vezes enfrentam ameaças e intimidação (Mendes, 2020).

O país enfrenta desafios relacionados à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres. Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, ainda persistem desigualdades de gênero em áreas como a participação política e a educação (Barbosa, 2018).

É importante notar que a Guiné-Bissau é signatária de diversos tratados internacionais de direitos humanos, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher. No entanto, a lacuna entre as obrigações internacionais e a implementação efetiva desses direitos no cenário nacional ainda persiste.

A partida do pressuposto de que uma sociedade foi formada por meio de um contrato social com o propósito de garantir e fortalecer os direitos inerentes a esse contrato, nos cabe refletir que a essencialidade das relações entre as pessoas sejam pautadas pelo estritamente respeito pelas escolhas socioculturais de cada comunidade, algo que não foi considerado pelo FMI e pelo BM, “visto as dinâmicas sociais que contextualizam a implementação de programas de estabilização e de ajustamento estrutural imputadas por essas organizações”. (Cruz, 2007,

p.20). Posto isto, uma vez que a sociedade civil desempenha um papel crucial na defesa dos direitos humanos e na promoção da prestação de contas do Estado (Nascimento, 2019).

3.3 Os programas de desenvolvimento na República da Guiné-Bissau.

Amílcar Cabral⁴³, líder histórico da Guiné-Bissau, delineou dois programas diferentes para o país antes de sua independência: o programa menor, que tinha como objetivo conquistar a independência, e o programa maior, voltado para o progresso económico do país. Após a bem-sucedida realização do programa menor, que culminou com a independência em 1973, a implementação do programa apresentou maiores desafios consideráveis, muitos dos quais persistem até hoje.

Nos primeiros anos após a independência, durante a década de 1970, o governo guineense desenvolveu uma abordagem de centralização e estatização da economia. Isso resultou na criação de um sistema de economia socialista planejado, uma escolha motivada tanto por convicções ideológicas⁴⁴ quanto às situações da época. No entanto, essa estratégia económica não alcançou o desempenho desejado, em parte devido à falta de técnicas reforçadas e às políticas económicas renovadas. (Laranjeiro, 2014). Para além disso, Sanhá (2003) aponta outros fatores para o insucesso:

desvios de procedimentos, em que as receitas servirem para cobrir as despesas estatais de vários ministérios; a corrupção e além do golpe do Estado que ocorreu em 1980, que desestruturou por completo o aparelho do estado, deixando o país desorientado em relação aos objetivos do desenvolvimento económico. A Guiné-Bissau foi obrigada a buscar alternativas viáveis à penosa situação que o Estado deparava e que se fazia sentir no dia a dia da população que fica cada vez mais pobre. (Sanhá, 2003, p.70).

Assim, diante da necessidade de reformulação, o país passou por uma transição de economia centralizada e planeou uma economia de mercado e livre iniciativa no início dos anos 1980. Essa transição contou com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio do Programa de Estabilização Económica (PEE). No entanto, o PEE não conseguiu cumprir as suas metas de abrir o mercado para o setor privado e estabilizar a economia conforme planeado. Essa mudança na direção da supremacia do mercado sobre o Estado, resultou em pesado endividamento para os países em desenvolvimento. A questão da dívida

⁴³ Fundador da nacionalidade guineense.

⁴⁴ A criação por parte do Estado de várias pequenas e médias indústrias que serviriam e mecanismo para se afincar como provedor económico do bem-estar e resolver problemas de desenvolvimento herdados da colonização. (Sucuma, 2012).

externa tornou-se proeminente, com muitos países vulneráveis devido ao aumento das taxas de juros e à diminuição das exportações.

Em 1983, foi estabelecido um acordo entre a Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI) - o Programa de Estabilização Económica (PEE). O programa tinha como objetivo principal contribuir para a eficiência produtiva, fomentar a produção agrícola e promover o crescimento económico no país. Ele foi concebido como uma estratégia de desenvolvimento dividida em três fases distintas: a primeira visava a estabilização económica e financeira, a segunda buscava o reequilíbrio da economia e, por fim, a terceira fase tinha como meta o desenvolvimento económico e financeiro, com foco nos setores produtivos, como agricultura, pesca, pecuária, florestas e mineração. No entanto, é relevante destacar que esse programa foi planejado e financiado em colaboração com parceiros internacionais de desenvolvimento, como apresentado por Cardoso (1995).

A implementação do PEE trouxe consigo a abertura do mercado e a promoção da livre iniciativa privada, entretanto, não conseguiu resolver problemas como a inflação e o aprimoramento das condições de vida da população. Com o agravamento da crise económica, o país testemunhou a desorganização do mercado de bens de consumo e dos fatores de produção, o que contribuiu para o crescimento do setor informal da economia. Esses desafios foram agravados pela má gestão pública e pela falta de qualificação dos funcionários governamentais, bem como pelo baixo nível socioeconómico da população. Diante desse cenário, foi necessária a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento económico, levando em consideração as limitações definidas no PEE, conforme apontado por Cardoso (1996), Handem e Camará (2005), e Domingues (2000).

Em 1987, o governo guineense modificou o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), uma nova estratégia destinada a alcançar a estabilidade económica e financeira e promover o desenvolvimento sustentável. Isso envolveu a busca pelo equilíbrio macroeconómico interno e externo, a liberalização de preços, a adoção de um sistema de câmbio flutuante e a restrição e privatização de empresas estatais. Entretanto, “a contrapartida do suporte técnico e financeiro, era a reforma estrutural na economia” (Cruz, 2007, pág. 24.).

Essa transição da Guiné-Bissau para uma economia de mercado ocorreu em um contexto global no qual o colapso do sistema socialista mundial afetou as estratégias económicas pós-coloniais. Ao mesmo tempo, a busca por um modelo de desenvolvimento económico baseado no mercado livre, aliado à necessidade de industrialização e progresso técnico, representou e representa desafios significativos para os países em desenvolvimento. (Andrade, 2012).

Conforme apontado por Cruz (2007), na realidade guineense, o PAE se destacou por sua abordagem na adaptação das estruturas produtivas e do mercado de trabalho às flutuações das condições econômicas e comerciais internacionais. Esse programa englobou uma série de reformas de política econômica.

As reformas foram intrinsecamente ligadas às diretrizes do Consenso de Washington, sendo consideradas como pré-requisitos fundamentais para a concessão de empréstimos destinados a essas mudanças estruturais e o crescimento em nações econômicas em desenvolvimento altamente endividadas.

O PAE (Programa de Ajustamento Estrutural), portanto, não se limitou a ajustes pontuais, mas sim um conjunto abrangente de medidas que buscavam reorientar a economia guineense. Essas ações tinham como objetivo promover uma maior estabilidade econômica, criar condições para o crescimento sustentável e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios impostos por um cenário internacional em constante transformação

O FMI, originalmente criado para regular o sistema financeiro internacional, concentrou-se em estabilizar a economia de curto e médio prazo dos países após a onda de independências na África e os choques petrolíferos dos anos 70 e 80. Enquanto isso, o Banco Mundial (BM) assumiu responsabilidades em políticas estruturais e de desenvolvimento. foi neste contexto econômico mundial que a Guiné-Bissau aderiu ao PAE.

Contudo, as propostas do Consenso de Washington⁴⁵, que favorecem a liberalização da economia e a promoção dos mercados em vez da intervenção estatal, traduzem-se em medidas que envolvem a redução das taxas de utilização dos serviços públicos, a eliminação de subsídios, a restrição da administração pública, a implementação de cortes, a suspensão de aumentos salariais e a privatização de empresas estatais.

O PAE envolve uma adaptação das estruturas de produção e emprego de uma economia nacional às mudanças nas condições econômicas ou de comércio internacional. São um conjunto de reformas de política econômica recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial como condição para o acesso a empréstimos, promovendo mudanças estruturais em países de desenvolvimento afetados por problemas de dívida externa.

Esses programas enfatizam a promoção de exportações, uma substituição mais cuidadosa de importações e uma redução da intervenção do setor público na economia. Isso inclui a redução do número excessivo de empresas públicas e monopólios estatais de

⁴⁵ O Consenso de Washington constituiu um projeto neoliberal da economia internacional, ou seja, um modelo político universal a ser aplicado em qualquer período da história e em qualquer país. Seu propósito está centralizado na liberalização e nas privatizações

marketing, bem como o ajuste de carga fiscal e a eliminação de subsídios que distorcem o comportamento dos agentes económicos e dos preços nos mercados.

Conforme o acordo do FMI, os países membros com déficits em suas balanças de pagamento poderiam acender a empréstimos por meio do compromisso de implementação de medidas recomendadas pelo programa, com o objetivo de eliminar os desequilíbrios de forma e sob supervisão do próprio Fundo.

Essas medidas causaram um impacto significativo na saúde e educação da população guineense. A redução dos gastos públicos nessas áreas, como parte das medidas de austeridade, teve um impacto direto nos serviços de saúde e na qualidade da educação (Cruz, 2007). Isso resultou em dificuldades de acesso aos cuidados de saúde adequados e na limitação das oportunidades educacionais para a população, deixando-a ainda mais vulnerável, pois exacerbou a pobreza e a desigualdade. Isso levantou questões sobre a justiça social e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. (Cruz, 2007).

Relativamente as políticas económicas, o PAE foi criticado sobretudo pela falta de inclusão e participação democrática na formulação e implementação das políticas, sem levar em consideração as necessidades e aspirações da população local. As condições impostas pelas instituições financeiras internacionais eram escassas e não levavam em consideração a complexa realidade do país. (Cruz, 2007). A falta de transparência e prestação de contas na implementação do programa gerou desconfiança entre a população. Neste âmbito, sinaliza Stiglitz (2002, p.58) que «políticas definidas pelo Consenso de Washington beneficiou frequentemente poucos à custa de muitos, os ricos à custa dos pobres. (...) os interesses e os valores comerciais sobrepuseram-se às preocupações ambientais, à democracia, aos direitos humanos e à justiça social».

No quadro abaixo, temos uma visão geral dos programas adotados pela RGB até o PAE⁴⁶:

⁴⁶ Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Jandir-Ferrera-De-Lima/publication/370492706_O_Programa_de_Ajustamento_Estrutural_da_Guine_Bissau/links/6452e7125762c95ac36ebd8d/O-Programa-de-Ajustamento-Estrutural-da-Guine-Bissau.pdf

Quadro 3 Visão geral dos programas adotados pela RGB até o PAE

Política	Objetivos
1977 – Modelo político de centralização da governação	Criação de um setor estatal empresarial por meio da nacionalização de empresas comerciais, industriais, de transporte e serviços financeiros existentes e a serem condicionais. Isso resultou em um modelo de política económica e social em que o Estado desempenhou um papel central como promotor e executor exclusivo, apoiado por financiamento externo.
1983 -1984 – O Programa de Estabilização Económica (PEE), como quadro de referência para organização e financiamento da atividade económica do Estado	Elaboração de um plano de investimento público e estabilização económica com assistência do FMI e Banco Mundial. O objetivo era aumentar a eficiência na produção, promover a agricultura e estimular o crescimento económico através da reestruturação do setor público e do estímulo ao setor privado por meio da liberalização das atividades comerciais e económicas. Foi rompida uma política de ajuste e estabilização com controle nacional.
1987-1992 – O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)	Reestruturação do setor público, equilíbrio nas contas internas e externas, planejamento do crescimento por meio da liberalização do comércio e dos preços, elaboração de estratégias de desenvolvimento para diversos setores económicos e ajustes.

(Fonte Siga e Lima, 2022, p.25)

O quadro acima apresenta as políticas e programas de desenvolvimento elaborados pelo governo, em grande parte apoiados por instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

A primeira política diz respeito ao modelo político, económico e social que o país deveria adotar, centrando-se na centralização. O objetivo era estabelecer um setor empresarial estatal através da estatização das empresas existentes, com o Estado assumindo o papel de principal dinamizador e executor, apoiado por financiamento externo.

O segundo programa, denominado Programa de Estabilização Económica, foi implementado nos anos de 1983 a 1984. Ele serviu como referência para o Estado organizar a sua atuação na vida económica e social do país. Apoiado pelo FMI e BM, visava melhorar a eficiência produtiva, estimular a produção agrícola e promover o crescimento económico através da reorganização do setor público e da promoção do setor privado, através da liberalização da economia.

O Programa de Estabilização Económica foi elaborado no contexto do primeiro Plano de Desenvolvimento do país, para o período de 1983 a 1986. No entanto, não atingiu os seus objetivos devido à incapacidade do governo em implementar as reformas propostas.

O terceiro item do quadro refere-se ao Programa de Ajustamento Estrutural, implementado no país com o objetivo de realizar reformas no setor público, liberalizar o comércio e os preços, definir estratégias de desenvolvimento para os diferentes setores económicos e, reestruturar as instituições.

3.4 Implementação do PAE na Guiné-Bissau

A RGB aderiu ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) e recebeu apoio financeiro e orientação técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O Programa foi apresentado ao governo guineense como uma iniciativa que tinha o potencial de tirar o Estado da crise, aliviar o sofrimento da população e resolver os desafios económicos enfrentados pelo país, conforme indicam Domingues (2000) e Socuma (2018).

As exigências para a adesão ao PAE na GB, 1987-1994, foram nomeadamente⁴⁷:

- Disciplina fiscal: contração das despesas públicas no sentido do equilíbrio orçamental. O objetivo é de alcançar o equilíbrio orçamentário, fundamental para evitar déficits excessivos, que podem levar a problemas como inflação, crises na balança de pagamentos e volatilidade dos capitais. No entanto, a tensão nessa disciplina pode variar em função dos serviços públicos e da qualidade de vida da população. Défices orçamentais excessivos e duradouros são fonte de derrapagem da inflação, de crises na balança de pagamentos e de volatilidade dos capitais;
- Reestruturação das despesas públicas: redução de subsídios (em particular, subsídios não-direcionados) a fim de reorientar as despesas públicas para investimentos em áreas como a educação, a saúde e infraestruturas; no entanto, isso pode ser politicamente desafiador e exigir um equilíbrio delicado para evitar impactos negativos sobre as mais vulneráveis.
- Reforma fiscal: ampliação da base fiscal (mediante a generalização do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por exemplo) e redução das taxas de imposto marginais;
- Liberalização das taxas de juro: liberalização assente em dois princípios – taxas de juro determinadas pelo mercado e taxas de juro reais positivas e moderadas. Na década de noventa, a liberalização das taxas de juro é substituída pelo princípio mais abrangente da liberalização financeira; A liberalização das taxas de juros pode estimular a concorrência e a eficiência no setor financeiro, mas também pode tornar o acesso ao crédito mais caro para empresas e indivíduos.

⁴⁷ Exigências apontadas e compiladas em Williamson, J. (2003, p.10).

- Taxas de câmbio competitivas: desvalorização da moeda, num regime de câmbios fixos, ou a sua própria depreciação, num regime de câmbios flexíveis, tendo como objetivo, garantir a competitividade do preço das exportações; desvalorizar ou depreciar a moeda pode tornar as exportações mais competitivas, mas também pode aumentar os custos de importação, levando a aumentos de preços internos.
- Liberalização comercial: liberalização das importações (em especial, importações de intermediários), mediante a redução das tarifas aduaneiras e a eliminação das quotas de importação e de outras barreiras ao comércio internacional;
- Liberalização dos fluxos de IDE: supressão das barreiras à entrada de Investimento Direto Estrangeiro (IDE); facilitar o investimento direto estrangeiro pode trazer benefícios, como tecnologia e empregos, mas também requer regulamentações para proteger os interesses nacionais.
- Privatização: transferência dos negócios públicos para o sector privado; transferir negócios públicos para o setor privado pode melhorar a eficiência, mas é importante garantir que os monopólios não surjam no processo, prejudicando a concorrência.
- Desregulamentação: abolição das regras que travam a iniciativa privada e a livre concorrência; reduzir regras que travam uma iniciativa privada pode estimular o crescimento económico, mas também pode abrir espaço para abusos, especialmente em setores sensíveis.
- Proteção dos direitos de propriedade: reforço dos direitos de propriedade, em prol do sector privado em geral e do sector informal em particular. Reforçar os direitos de propriedade pode incentivar o investimento e a inovação, mas deve ser feito com sensibilidade para garantir que não ocorra uma concentração excessiva de riqueza.

Como observado, os PAE representam um conjunto de diretrizes que regulam a conjuntura económica de um país, condições nos acordos entre FMI, o Banco Mundial e um país beneficiário. A aparência inicial desses programas é garantir que os países modifiquem suas práticas económicas de curto e longo prazo, garantindo assim o pagamento efetivo dos empréstimos pelas instituições financeiras internacionais. No entanto, a realidade subjacente a esses programas é muito mais complexa.

Na verdade, o objetivo principal dos PAEs é eliminar os desequilíbrios nas contas externas dos países devedores. Esses desequilíbrios podem resultar de uma série de fatores,

como déficits comerciais, dívida externa excessiva⁴⁸ e problemas fiscais. A ideia é restaurar a estabilidade económica, permitindo que o país retorne a um caminho de crescimento sustentável e saudável.

No entanto, a implementação desses programas não é isenta de controvérsias. Muitas vezes, as medidas⁴⁹ adotadas pelo FMI e pelo BM incluem cortes drásticos nos gastos públicos, reformas fiscais impopulares, privatizações e liberalização de mercados. Essas medidas têm um impacto significativo nas populações mais vulneráveis, resultando em redução de serviços públicos, aumento do desemprego e desigualdade. Os PAEs frequentemente levantam questões éticas sobre quem se beneficia com essas reformas. Muitas vezes, as instituições financeiras internacionais pressionaram os países a desenvolverem a implementação de políticas que beneficiem os credores internacionais, em detrimento das necessidades e interesses das populações locais.

3.5 As críticas aos modelos economicistas adotados na RGB

O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), longe de ser apenas uma solução de natureza macroeconómica, assumiu-se como uma reconfiguração drástica das economias, pois transfere, primordialmente, a viabilização da liquidação das dívidas pendentes e a resolução das crises financeiras em curso. É importante ressaltar que, para que a economia possa prosperar, é imperativo buscar a eficiência e a distribuição equitativa dos recursos limitados, não podendo negligenciar a inclusão de estratos sociais desfavorecidos. Muitos críticos do PAE argumentaram que esses programas precipitaram a limitação das condições de vida do cidadão, especialmente nos setores da educação e da saúde, com impactos consideráveis no processo de desenvolvimento. Com efeito, sem investimentos adequados em educação, não se previnem as doenças, e sem investimentos em saúde, não se educa. Por esta via, caímos numa encruzilhada em que a Guiné-Bissau se encontra” (Cruz, 2007, p. 32).

Consideramos que, mais do que meramente readaptar a economia guineense, seria mais benéfico implementar mecanismos cuidadosamente desenhados, que transformassem as necessidades e demandas da população nas políticas de Estado. Isso, naturalmente, exigiria alterações constitucionais nas relações entre o mercado e o Estado. De acordo com

⁴⁸ Nos dias atuais ainda existem negociações de assinaturas de novos acordos com o FMI, para revisão da dívida como pode ser visto em: <https://www.gov.gw/noticias/156-banco-mundial-vai-ajudar-guine-bissau-a-diminuir-divida-para-assinar-novo-programa-com-o-fmi-diz-ministro-das-financas-da-guine-bissau>

⁴⁹ “Segundo o Convénio do FMI, os países membros com balanças de pagamentos deficitárias poderiam aceder aos empréstimos mediante um compromisso de adopção das medidas preconizadas pelo PAE que conduzissem à eliminação dos desequilíbrios de forma duradoura e controladas pelo próprio Fundo”.(Cruz 2007, p.27).

Fukuyama (2006, p.19), uma reforma económica de cunho liberalizador fracassou na realização de suas promessas, principalmente devido à “ausência de uma estrutura institucional adequada”, levando, em última instância, a uma situação ainda mais precária.

As profundas reformas levadas a cabo nas últimas décadas na economia e no aparelho estatal guineense, incluindo a implementação de programas macroeconómicos, tinham como objetivo alcançar a estabilidade financeira e o equilíbrio fiscal. No entanto, de acordo com estudos contínuos pelo FMI, a maioria dos países em desenvolvimento enfrentaram sérios desequilíbrios nas finanças públicas antes da implementação do ajustamento estrutural, com despesas superiores às receitas. Isso resultou em uma procura excessiva em relação à capacidade produtiva interna, forçando a satisfação dessas necessidades por meio empréstimos avultosos⁵⁰. Essa abordagem foi apontada como uma das principais causas dos déficits externos, juntamente com outros fatores, como a baixa produtividade, a escassez de profissionais qualificados e a variedade das condições de troca.

É crucial destacar que essas reformas, cuidados de um cálculo ético sólido que deveriam orientar as políticas fiscais e financeiras, deram origem a níveis alarmantes de desigualdade em uma grande parte da população, que vive em condições de pobreza. O desafio ético no contexto do desenvolvimento deve direcioná-lo para a harmonização entre eficiência e justiça social. Dito de outra forma, é essencial promover uma sinergia entre o crescimento económico e a equidade social.

Num cenário em que a nova visão economicista preconiza a redução da intervenção estatal nas atividades económicas e o reforço da iniciativa privada, é nossa certeza que se deve salvaguardar, antes de tudo, o equilíbrio de interesses e o respeito pelas instituições. Enquanto vários autores debatem sobre opções específicas de política económica para os países em desenvolvimento, surge igualmente um novo debate sobre a relação entre moral e economia. Afinal, nem tudo o que é considerado técnico correto é, necessariamente, aceito sob uma perspectiva ética.

Adicionalmente, consideramos que a implementação do PAE representou, de certa forma, uma quase cedência de soberania dos países individualizados ao Banco Mundial e ao FMI, e, por consequência, aos países industrializados que orientam essas instituições. Esse fenómeno, de alguma forma, limitou a capacidade de conceber modelos de desenvolvimento próprios.

Durante a "década perdida do desenvolvimento" (Cruz 2007, p.28), no que respeita às políticas de ajuste estrutural, aumentaram os níveis de pobreza e desigualdade e não se conseguiu garantir os níveis mínimos de direitos básicos, como saúde, alimentação,

⁵⁰ Anexo 2

educação, habitação, trabalho e liberdades fundamentais, que são essenciais para o desenvolvimento e que o mercado por si só não pode fornecer.

O objetivo dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) era, em teoria, reequilibrar a economia de curto e longo prazo para garantir o pagamento efetivo dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras internacionais. No entanto, na prática, essas políticas muitas vezes resultaram na exclusão de segmentos da população, causando uma interferência significativa nas condições de vida destes atores. A crítica central é que, ao priorizar metas macroeconômicas, o PAE não considerou melhorar o bem-estar das populações e a importância de investir em áreas essenciais para o desenvolvimento humano. Também se destaca a importância de considerar a dimensão ética nas políticas econômicas, pois não basta seguir princípios técnicos se as implicações éticas não forem levadas em conta, de modo a garantir que o desenvolvimento seja inclusivo e justo. A aplicação do PAE levantou questões sobre a soberania dos países em desenvolvimento, uma vez que muitas vezes foi realizada em uma transferência significativa de poder para instituições internacionais e países industrializados. Isso limitou a capacidade dos países em desenvolvimento de conceberem seus próprios modelos de desenvolvimento.

3.6 Desafios do Modelo Economicista na República da Guiné-Bissau e seus Impactos na População Local

Na Guiné-Bissau, as políticas de "estabilização econômica", inicialmente destinadas a conter os efeitos negativos da inflação, tiveram como consequência a redução dos ganhos dos trabalhadores e enfraqueceram o papel do Estado. Estas medidas, concebidas para controlar a inflação e restaurar a estabilidade econômica, acabaram por variar de forma significativa na vida da população guineense. A queda nos rendimentos dos trabalhadores, resultado das políticas de austeridade e redução de subsídios, teve um impacto direto nas condições de vida das pessoas, tornando-as mais vulneráveis aos desafios econômicos. O enfraquecimento do papel do Estado, muitas vezes associado à privatização de empresas estatais e à redução do investimento público, abriu espaço para o crescimento do conjunto

Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) agregam políticas criticadas, pois não evidenciam os direitos básicos das populações africanas. Como Amaro (2003) destaca, as políticas de ajuste estrutural muitas vezes negligenciaram aspectos essenciais, como saúde, educação e habitação, resultando em níveis crescentes de pobreza e desigualdade. A ênfase na estabilidade macroeconômica e na redução de déficits muitas vezes levou à redução dos gastos públicos nessas áreas cruciais.

Assim como em muitos outros países em desenvolvimento, as políticas de ajuste estrutural e as reformas econômicas têm sido inovadoras com o objetivo de estabilizar a economia e promover o crescimento. No entanto, essas políticas muitas vezes se deparam com obstáculos complexos num contexto específico, como o da Guiné-Bissau. Segundo Amaro (2003), as medidas de "estabilização económica" na Guiné-Bissau, destinadas a reforçar a inflação, fragilizou o rendimento dos trabalhadores e enfraqueceu o papel do Estado, enquanto o sector informal crescia. A implementação de programas de ajustamento estrutural no país muitas vezes se deparou com os desafios relacionados com a capacidade do Estado de implementação de reformas eficazes. A falta de quadros construídos, a baixa produtividade e a variedade dos termos de troca são questões que afetaram a eficácia dessas reformas.

Fukuyama, (2006) argumenta que as reformas económicas devem ser acompanhadas por uma estrutura institucional adequada e pela busca de um equilíbrio entre eficiência e justiça social. Isso exigiu um debate contínuo e uma reavaliação das políticas existentes para garantir que o desenvolvimento na Guiné-Bissau seja inclusivo e sustentável.

Outro desafio significativo é a exclusão de segmentos da população no processo de desenvolvimento. O setor informal cresce frequentemente como resultado das políticas de ajustamento, enfraquecendo o papel do Estado e prejudicando os trabalhadores formais. Isso, por sua vez, pode levar a um aumento da desigualdade e à falta de proteção social para muitos africanos, nomeadamente aqui estudado, os guineenses.

Mediante esses desafios, em 1987, a UNICEF lançou um marco importante com a publicação do documento intitulado *Adjustment with a human face: protecting the vulnerable and promoting growth*⁵¹, coordenado por Frances Stewart, Andrea Cornia e Richard Jolly. Este documento teve como propósito primordial chamar a atenção das instituições financeiras internacionais para a necessidade de incorporar estratégias de combate à pobreza e de proteção dos grupos mais vulneráveis durante os processos de ajuste estrutural. A partir desse momento, a agenda das instituições financeiras passou a incluir de forma explícita a redução da pobreza como um de seus objetivos. Esta publicação marcou o início de uma mudança significativa no cenário internacional, com a inclusão de preocupações sociais em destaque. Questões como a proteção ambiental, a promoção da democracia, a defesa dos direitos humanos e a necessidade de uma boa governança passaram a integrar a discussão política e a agenda internacional. Muitos académicos argumentam que essa evolução foi tardia, considerando os desafios globais que já se apresentaram.

⁵¹ Consultado em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079021>

Foi somente em 1999, durante uma reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), que se formalizou um novo compromisso de luta contra a pobreza. Esse compromisso culminou na introdução dos chamados *Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza* (PRSP - *Poverty Reduction Strategy Documents*), que se tornaram um instrumento fundamental para fortalecer a participação dos governos e das populações na concepção de políticas econômicas. Esta abordagem representou um passo importante na direção de políticas mais inclusivas e orientadas para o desenvolvimento humano, refletindo uma crescente consciência global sobre a importância de abordar não apenas as questões econômicas, mas também as preocupações sociais e ambientais em um mundo interligado.

4. REFLEXÃO

A análise dos desafios enfrentados pelo modelo economicista de desenvolvimento em África revela uma série de questões complexas que demandam reflexão crítica. Este modelo, que coloca o crescimento económico como principal indicador de progresso, enfrenta análises contundentes devido às suas limitações e desigualdades inerentes. Neste contexto, é fundamental discutir as alternativas propostas para abordar os problemas sistêmicos e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável no continente africano.

Uma das principais críticas ao modelo economicista, como já observado, reside na sua tendência a beneficiar uma elite económica em detrimento da maioria da população. Isso resulta em desigualdades sociais crescentes, exclusão e marginalização de grupos vulneráveis. Para superar esses desafios, alternativas como a promoção de políticas de redistribuição de renda e a implementação de medidas de proteção social são propostas como estratégias viáveis para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo.

A dependência excessiva de setores económicos específicos, como a exploração de recursos naturais, torna as economias africanas vulneráveis a flutuações nos preços das *commodities* no mercado internacional. A diversificação económica é uma alternativa frequentemente mencionada para mitigar essa vulnerabilidade, promovendo o crescimento de setores como a agricultura, a indústria e o turismo. No entanto, essa diversificação deve ser acompanhada por investimentos em infraestrutura, educação e capacitação para garantir uma transição bem-sucedida.

As perspetivas de desenvolvimento para a Guiné-Bissau, estão intrinsecamente ligadas às alternativas que podem ser implementadas para superar as limitações do modelo economicista imposta por Washington. É crucial considerar o fortalecimento das instituições, o combate à corrupção e a promoção da boa governança como componentes essenciais para

construir uma base sólida para o desenvolvimento. A exploração sustentável dos recursos naturais e o investimento em educação, saúde e infraestrutura são fatores-chave para promover o bem-estar da população guineense. A promoção de parcerias regionais e internacionais também desempenha um papel importante na busca por soluções para os desafios enfrentados pela Guiné-Bissau e outros países africanos.

Cruz (2007) salienta que o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) acabou por intensificar uma agenda de desenvolvimento liberal, que estava subjacente aos seus objetivos declarados. Na realidade, a política de liberalização económica promovida pelo PAE criou um ambiente propício para práticas empresariais mais abertas e para o surgimento de empreendedores, resultando na formação de uma classe empresarial que até então não existia no país. Essa abertura económica também impulsionou o crescimento do setor informal da economia. Afirmo ainda o autor que o impacto mais notável dessa transformação foi o surgimento de uma elite empresarial que se beneficiou dos fundos disponibilizados para estimular a economia. Essa elite aproveitou as oportunidades criadas pelo ambiente de liberalização para expandir seus negócios e acumular riqueza. Esse fenómeno marcou uma mudança significativa na dinâmica económica do país, à medida que novos atores entraram em cena e tiveram de desempenhar um papel cada vez mais importante na economia nacional (Cruz 2007).

Ao mesmo tempo em que o PAE impulsionou o desenvolvimento do setor privado, também apresentou desafios importantes. A liberalização rápida e intensa resultou muitas vezes em desigualdades económicas, uma vez que nem todos tinham acesso igual às oportunidades oferecidas. O crescimento do setor informal, embora tenha fornecido meios de subsistência para muitos, também esteve frequentemente associado à falta de regulamentação e proteção social. (Cruz, 2007).

O modelo economicista imposto pelos países ricos radica na sua propensão para acentuar as vantagens de uma elite económica à custa da maioria da população. Isso traduz-se no crescimento de desigualdades sociais crescentes, bem como na marginalização e exclusão de grupos vulneráveis. (Acemoglu e Robinson, 2012), com o fito de transpor esses desafios, alternativas como a promoção de políticas de redistribuição de renda e a implementação de medidas de proteção social são avançadas como estratégias exequíveis para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo. Essas são medidas que “condicionam a capacidade de África em converter todo o seu potencial e recursos, associados a estas melhorias de desempenho em melhores resultados sociais”. (Pereira 2022 p.143).

A excessiva dependência de setores económicos particulares, tais como a exploração de recursos naturais, torna as economias africanas suscetíveis às oscilações dos preços das

matérias-primas nos mercados internacionais. A diversificação económica é frequentemente posta em relevo como uma alternativa para atenuar essa vulnerabilidade, impulsionando o crescimento em setores como a agricultura, a indústria e o turismo. Porém, tal diversificação deve ser acompanhada por “investimentos em infraestruturas, educação e capacitação, de forma a assegurar uma transição bem-sucedida” (Pereira 2022). As perspetivas de desenvolvimento da Guiné-Bissau encontram-se inextricavelmente vinculadas às alternativas suscetíveis de serem implementadas para ultrapassar as limitações do modelo economicista. Torna-se imperativo ponderar o reforço das instituições, o combate à corrupção e a promoção da boa governança enquanto componentes basilares para edificar uma sólida fundação para o desenvolvimento, sobretudo na África Ocidental, “carenciada de ajustes e adaptações a uma realidade concreta” (Pereira 2022, p.11).

Adicionalmente, a análise dos desafios decorrentes das políticas económicas impostas para o desenvolvimento em África, as críticas a este paradigma e as alternativas preconizadas apontam inequivocamente para a necessidade de uma abordagem mais equitativa e sustentável no sentido de catalisar o desenvolvimento no continente. As perspetivas de desenvolvimento da Guiné-Bissau e de outras nações africanas encontram-se indissoluvelmente dependentes da adoção de estratégias que abordem as iniquidades sistémicas, promovam a diversificação económica e consolidem as instituições democráticas.

A dependência excessiva de setores económicos específicos, como a exploração de recursos naturais, torna as economias africanas vulneráveis a flutuações nos preços das *commodities* no mercado internacional. Como destaca Collier (2007), a diversificação económica é uma alternativa frequentemente mencionada para mitigar essa vulnerabilidade, promovendo o crescimento de setores como a agricultura, a indústria e o turismo. No entanto, essa diversificação deve ser acompanhada por investimentos em infraestrutura, educação e capacitação para garantir uma transição bem-sucedida.

As perspetivas de desenvolvimento para a Guiné-Bissau, um país africano com desafios económicos e políticos significativos, estão intrinsecamente ligadas às alternativas que podem ser implementadas para superar as limitações do modelo economicista. É crucial considerar o fortalecimento das instituições, o combate à corrupção e a promoção da boa governança como componentes essenciais para construir uma base sólida para o desenvolvimento, conforme ressaltado por Bräutigam (2008).

A exploração sustentável dos recursos naturais e o investimento nas áreas mais vulneráveis são fatores-chave para promover o bem-estar da população guineense. A promoção de parcerias regionais e internacionais, como discutido por Hauge e Ellingsen

(1998), também desempenha um papel importante na busca por soluções para os desafios enfrentados pela RGB e outros países africanos.

A discussão sobre os desafios do modelo economicista de desenvolvimento em África, as críticas a esse modelo e as alternativas propostas apontam para a necessidade de uma abordagem mais equitativa e sustentável para promover o desenvolvimento no continente. As perspectivas de desenvolvimento para a Guiné-Bissau, e para outros países africanos, dependem da adoção de estratégias que abordem as desigualdades sistémicas, promovam a diversificação económica e fortaleçam as instituições democráticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável emerge como um paradigma essencial, que visa a harmonizar o crescimento económico com a preservação ambiental e a justiça social. Este modelo pressupõe uma abordagem integrada, tendo em vista o equilíbrio entre os pilares económico, social e ambiental.

O desenvolvimento local e comunitário surge como uma estratégia que enfatiza a participação ativa das comunidades no planeamento e execução de projetos de desenvolvimento. Esta abordagem valoriza a capacidade das comunidades de identificarem as suas próprias necessidades e recursos, promovendo a autossuficiência e o fortalecimento das bases locais.

O desenvolvimento participativo, por sua vez, está intimamente relacionado com o envolvimento das partes interessadas, incluindo a sociedade civil, nas decisões que afetam o seu próprio desenvolvimento. Esta perspectiva visa a garantir que as políticas e projetos reflitam as necessidades e aspirações das populações afetadas.

O desenvolvimento humano, um conceito proposto por Amartya Sen, coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, medindo o progresso não apenas em termos de crescimento económico, mas também em relação à qualidade de vida, educação, saúde e igualdade de oportunidades. No contexto africano, o desenvolvimento social emerge como uma área crítica, uma vez que aborda questões relacionadas com a igualdade, justiça social e bem-estar das populações.

As críticas pós-desenvolvimentistas representam vozes dissidentes que questionam a validade dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Estas críticas destacam as limitações do desenvolvimento orientado pelo mercado e apontam para a necessidade de considerar as especificidades locais e a diversidade de experiências.

No que respeita às políticas de ajustamento estrutural e ao consenso de Washington, é crucial analisar criticamente o seu impacto em África. Estas medidas muitas vezes resultaram em desafios económicos e sociais significativos para os países africanos, questionando a sua eficácia e relevância no contexto africano.

Entretanto, nos cabe refletir que A África possui um rico legado histórico e cultural que fornece uma base sólida para a construção da democracia em seus países. Assim, é importante considerar que essa jornada democrática muitas vezes é marcada por desafios complexos e nuances culturais. A região deve superar a resistência aos valores dados como ocidentais, abraçando a modernidade como parte integrante do seu desenvolvimento.

Essa acessibilidade não implica em renunciar às próprias tradições e valores, mas sim em adaptá-los e melhorá-los em um contexto democrático. É fundamental compreender que a democracia não exige perfeição, mas sim um compromisso constante com a avaliação e o aprimoramento. Isso significa que, à medida que os países africanos avançam na direção da democracia, é natural encontrar erros e desafios que exigem ajustes e adaptações.

Ressalta-se que o modelo democrático não é estático, mas sim flexível ou suficiente para ser moldado de acordo com as necessidades e características de cada nação. É um sistema que convida à participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, é essencial que os países africanos assumam a responsabilidade por sua própria jornada democrática, compreendendo que essa busca pelo aprimoramento é um processo contínuo.

À medida que África investe na consolidação da democracia, ela também contribui para o enriquecimento do panorama político global, trazendo perspectivas únicas e valiosas para o debate democrático. A região apenas não mantém sua rica herança cultural, mas também abre caminho para uma democracia que seja verdadeiramente inclusiva e adaptada às suas necessidades específicas. Nesse sentido, o continente desempenha um papel crucial na promoção dos valores democráticos e no fortalecimento da governança em todo o mundo.

Na Guiné-Bissau, a guerra pela independência, terminada em 1974, deixou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo, sejam quais forem os indicadores utilizados. Isso significou que as estruturas físicas, os recursos humanos e financeiros não permitiam um processo autónomo de acumulação para uma estratégia de desenvolvimento acelerado, tendo sempre de recorrer a grandes ajudas externas. (Sangreman 2016 P. 9). Nos anos 1980, as organizações internacionais faziam uma leitura mais radical dos insucessos até aí verificados, traçando um cenário de catástrofe para 1992, caso se continuasse com o ritmo e modo de aplicação das políticas que tinham originado a situação na altura. Ou seja, os técnicos do FMI e do BM não punham em causa o tipo de políticas aprovadas, mas sim a

governança que aceitava taxas de insucesso significativas em nome de uma capacidade técnica, social e política muito baixa de absorção das mudanças, que o próprio Congresso do PAIGC tinha reconhecido como necessárias. (Sangreman 2016 P.16). As propostas de política económica adotadas, consistindo num Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural 1987 – 1989, depois prolongado até 1993, aumentaram sociais no país. A instabilidade política que se seguiu, desde o golpe de 1998 até à atualidade, o desigual acesso aos recursos e falta de investimento no setor económico e no setor social continuam a ser obstáculos ao desenvolvimento do país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., & Robinson, JA (2012). *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Negócios da Coroa.
- Amaro R. R. (2003). Desenvolvimento – *um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, in, *Desenvolvimento e Saúde em África*, Caderno de Estudos africanos, n.º 4, ISCTE, Janeiro/Julho, Lisboa.
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 75-111.
- Amaro, R. R. (2020). Opções, estratégias e actores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39(1-2).
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9-23.
- Ayittey, GB (1992). *África Traída*. Imprensa de St. Martin.
- BANCO MUNDIAL. *Indicadores de Desenvolvimento da África 2007*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/453051468126374666/Africa-development-indicators-2007>. Acesso em: 9 de outubro de 2020.
- Barbosa, A. (2021). *Ecoturismo na Guiné-Bissau: oportunidades e desafios*. *Revista de Desenvolvimento e Integração*, 7(2), 73-88.
- Barbosa, I. (2018). *Gender and Sustainable Development in Guinea-Bissau: Progress, Challenges, and Opportunities*. In *Gender and Sustainable Development* (pp. 81-97). Springer.
- Barbosa, I. (2019). *Civil Society and Human Rights in Guinea-Bissau: Challenges and Opportunities*. In *Civil Society and Human Rights in Latin America and Africa* (pp. 101-116). Springer.
- Barreto, A. (2019). *Corruption in Guinea-Bissau: Causes and Consequences*. African Development Bank Group. Bissau (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Economia e Gestão).
- Boubacar-Sid, A. & Berck, P. (2016). *Gestão Pesqueira na Guiné*
- Camara, A. (2020). *Political Instability and Development in Guinea-Bissau: Challenges and Prospects*. *Journal of African Studies*,
- Camará, F. (2020). *Recursos naturais e desenvolvimento na Guiné-Bissau: desafios de governança e sustentabilidade*. *Cadernos de Economia*, 45(2), 259-275.
- Cardoso, FH and FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- Carvalho, L. (2017). *The Impact of Political Instability on Investment in Guinea-Bissau*. *Journal of African Business*, 18(2), 169-185.
- Castells, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- Chomsky, N. (1999). *Profit Over People: Neoliberalism and Global Order*. Seven Stories Press.

- Citolin, A., & Laskoski, G. A. (2012). *Desenvolvimento humano: uma aproximação entre os direitos humanos e a noção de desenvolvimento*. (“(PDF) Desenvolvimento humano: uma aproximação entre os direitos humanos ...”) *Emancipação*, 12(2), 165-179.
- Coelho, J. C. (2012). *A Política de empréstimos do fundo monetário internacional: soberania e hierarquia na economia política internacional*.
- Conde, L. C. D. (2016). *Cooperação para o Desenvolvimento como Agenda de Política Externa: Assimetria, Humilhação e Condicionalidade*. *Revista perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*- 14(25)
- Constituição da República da Guiné. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf
- Cruz, J. M. (2007). *O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética* Dissertação de Mestrado, ISCTE
- Silva, O. L. (2010). *O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento na África Subsariana*. Dissertação de Mestrado, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa
- Da Matta, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- Castro Henriques, F. (2016). *Globalização Da População. Modelo De Transformação Global. Que Portugal Em 2051?* (Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa.
- Escobar, A. *O encontro com o desenvolvimento: o fazer e o desfazer do Terceiro Mundo*. Princeton University Press, 1995.
- Faria, J. (2018). *Política e economia na Guiné-Bissau: desafios para o desenvolvimento*. *Revista de Estudos Africanos*, 3(1), 89-105.
- Fernandes, R. *Economia solidária: uma abordagem conceitual e prática*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- FMI (2023). Guiné-Bissau: Situação financeira do fundo em 31 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberkey1=383&date1key=2023-08-31>
- FMI (2023): Anexo B: Guiné-Bissau: Compras e empréstimos pendentes em 31 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/exportal.aspx?memberKey1=383&date1key=2023-08-31&category=EXC>
- FMI (2023). Transações com o Fundo de 01 de maio de 1984 a 31 de agosto de 2023. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extrans1.aspx?memberKey1=383&endDate=2023-08-31>
- Frank, AG *América Latina: subdesenvolvimento ou revolução*. Imprensa de revisão mensal, 1970.
- Freedom House. (2021). *Freedom in the World 2021 - Guinea-Bissau*. Recuperado de <https://freedomhouse.org/country/quinea-bissau/freedom-world/2021>.
- Furtado, A. (2020). *Educação, participação e desenvolvimento rural: o caso da Guiné-Bissau*. *Africana Studia*, (22).
- Fukuyama, F., (2006), *A construção de estados, governação e ordem mundial no século XXI*, (trad.) F.J. Azevedo Gonçalves), Ed. Gradiva, Lisboa.
- Gasparin, JL *Educação para o desenvolvimento e a luta contra a pobreza*. *Perspectiva*, v. 19, n. 1, pág. 15-23, 2001.
- Gasque, K. C. G. D. (2007). *Teoria fundamentada: nova perspetiva à pesquisa exploratória*.

- Ghosh, J., Ostry, J. D., & Tsangarides, C. G. (2010). *IMF-supported programs and crises in emerging markets*. *Economic Policy*, 25(62), 253-300.
- Gonçalves, R. (2010). *Teoria crítica do desenvolvimento: manifesto*. Salvador: EDUFBA
- Guerreiro, C. S., Ferrinho, P., & Hartz, Z. (2018). *Avaliação em saúde na República da Guiné-Bissau: uma meta-avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário*. *Saúde em Debate*, 42, 549-565.
- Guimarães, J. R. S., & de Martino Jannuzzi, P. (2005). *IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 7(1), 73-90.
- Human Rights Watch. (2021). *World Report 2021 - Guinea-Bissau*. Disponível de <https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/guinea-bissau>. Consulta em 20 maio 2023.
- Jardim, N. H., & Valk, D. G. (2019). *As Patologias do Fundo Monetário Internacional*. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, 12(22).
- Junior, D. L. (2012). *Globalização: exclusão e imobilidade como resultados*. *Cadernos da Escola de Direito*, 1(17).
- Lange, E. (2012, June). De 'Países Subdesenvolvidos' à 'Fronteira do Subdesenvolvimento' – Contributo para um Debate Conceitual do Desenvolvimento. In Atas de 18th APDR Congresso Innovation and Regional Dynamics (pp. 47-59).
- Liebscher, P. *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program*. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.
- Mendes, M. (2020). *Freedom of Expression and Media Development in Guinea-Bissau: Challenges and Opportunities*. *Media and Communication*, 8(2), 227-236.
- Mendes, S. (2019). *Agricultura e desenvolvimento económico na Guiné-Bissau: perspectivas e desafios*. *Economia africana*, 21(3), 45-62.
- Mitano, F., Ventura, C. A. A., & Palha, P. F. (2016). Saúde e desenvolvimento na África Subsaariana: uma reflexão com enfoque em Moçambique. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26, 901-915.
- Morgado, J. C., Santos, J., & Silva, R. D. (2016). "Currículo, memória e fragilidades: contributos para (re) pensar a educação na Guiné-Bissau." *Configurações. Revista Ciências Sociais*, (17), 57-77.).
- Nascimento, A. (2018). *The Role of International Organizations in Guinea-Bissau's Development: Challenges and Opportunities*. *International Journal of Public Administration*, 41(14), 1204-1215.
- Nascimento, A. (2019). *Legal Reforms, State Institutions, and Human Rights in Guinea-Bissau*. In *Human Rights in Africa* (pp. 187-204). Springer.
- Navarro, V. (2007). *Neoliberalism, Globalization, and Inequalities: Consequences for Health and Quality of Life*. University of Michigan Press.
- Pereira, D. S. (2022). *Democracia liberal na África Subsaariana: estudo das dinâmicas inerentes ao caso da Guiné-Bissau: da descolonização ao pós-abertura democrática*. (Tese de Doutoramento, Universidade Católica de Lisboa).
- Pereira, F. (2018). *Guinea-Bissau and the IMF: From Structural Adjustment Programs to Poverty Reduction Strategies*. *African Development Review*, 30(1), 93-104.
- Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Média Diffusion. Rabita,

- Rabita, J. P. C. (2021). *Ajuda ao Desenvolvimento da UE em África: o caso da Guiné-Bissau*. Dissertação de Mestrado, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa
- Rodrik, D. (2006). *Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: Learning from a decade of reform*. Journal of Economic Literature, 44(4), 973-987.
- Rodrik, D. (2015). *Regras da economia: os direitos e erros da ciência sombria*. WW Norton & Company.
- Rodrik, D.. *Desindustrialização prematura*. Journal of Economic Growth, v. 20, n. 1, pág. 1-33, 2015.
- Sachs, I. *Desenvolvimento: um guia para a nova era do capitalismo global*. Londres: Zed Books, 1992.
- Sachs, J. *A reinvenção da América Latina: desenvolvimento, comércio e cooperação*. São Paulo: Contexto, 2012.
- Sachs, W. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, participativo*. Garamond, 1993.
- Sané, S. (2019). *A educação na Guiné-Bissau: perspectivas na atualidade o ensino básico em questão* (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Maria).
- Sani, Q., & Oliveira, M. R. (2014). *Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios*. Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE, 16(33), 127-152.
- Santos, E. L., Braga, V., Santos, R. S., & da Silva Braga, A. M. (2012). *Desenvolvimento: um conceito em construção*. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, 2(1), 44-61.
- Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consequência universal*. Ed. 6ª. Rio de Janeiro: Record, 2001
- Santos, P. (2017). *International Treaties and Agreements in Guinea-Bissau: Implementation Challenges*. African Yearbook of International Law/Annuaire Africain de droit international, 24, 49-64.
- Sangreman, C. (2016). *A política económica e social na Guiné-Bissau-1974–2016*.
- Sarr, F. (2019). *Afrotopia*. São Paulo: N1 edições
- Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siga, B., & de Lima, J. F. (2022). *O Programa de Ajustamento Estrutural da Guiné-Bissau*. Revista Ciências Sociais em Perspectiva, 21(41).
- Standing, G. (2017) *O precarizado. A nova classe perigosa*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its Discontents*. W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. *O descontentamento e a prioridade de reconstruir a economia global*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.
- Stiglitz, JE (2012). *O Preço da Desigualdade*. WW Norton & Company.
- Stiglitz, JE, Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2009). *Relatório da Comissão sobre a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social*. Comissão sobre a Medição do Desempenho Económico e Progresso Social. ("SciELO - Brasil - Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os ...")
- Stiglitz, Joseph E. et al. *Medindo mal nossas vidas: por que o PIB não bate*. A Nova Imprensa, 2009.

- Toledo, L. A., & de Farias Shiaishi, G. (2009). *Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso*. Revista da FAE, 12(1).
- Vaz, C. (2020). *The African Union and Conflict Resolution in Guinea-Bissau: The Limits of Mediation*. *African Security*, 13(1), 24-42.
- YIN. R. K. (2005) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman

ANEXOS

Anexo A: Guiné-Bissau: Situação financeira do Fundo em 31 de agosto de 2023

I. Status de membro:	Ingressado: 24 de março de 1977;		<u>Artigo VIII</u>
II. Conta de Recursos Gerais:		Milhões de DES	% Contingente
<u>Contingente</u>		28h40	100,00
<u>Posições de moeda do FMI (taxa de participações)</u>		24h29	85,53
<u>Posição da Tranche de Reserva</u>		4.14	14.57

III. Departamento SDR:		Milhões de DES	% Alocação
<u>Alocação cumulativa líquida</u>		40,82	100,00
<u>Participações</u>		43.05	105,44
4. Compras e empréstimos pendentes:		Milhões de DES	% Contingente
Empréstimos RCF		15h27	53,75
Acordos ECF		17,63	62.09

V. Últimos compromissos financeiros:

Arranjos:

<u>Tipo</u>	<u>Data de Arranjo</u>	<u>Expiração Data</u>	<u>Valor aprovado (milhões de DES)</u>	<u>Valor sacado (milhões de DES)</u>
ECF	30 de janeiro de 2023	29 de janeiro de 2026	28h40	4,74
ECF	10 de julho de 2015	09 de julho de 2019	22,72	17.04
ECF	07 de maio de 2010	06 de maio de 2013	22h37	15.12

Empréstimos definitivos:

<u>Tipo</u>	<u>Data de Compromisso</u>	<u>Data Desenhado/Expirado</u>	<u>Valor aprovado (milhões de DES)</u>	<u>Valor sacado (milhões de DES)</u>
FCR	25 de janeiro de 2021	27 de janeiro de 2021	14h20	14h20
FCR	03 de novembro de 2014	12 de novembro de 2014	3,55	3,55

^{1/} Os desembolsos definitivos não utilizados (RFI e RCF) expiram automaticamente 60 dias após a data do compromisso, ou seja, a data de aprovação do Conselho.

VI. Obrigações vencidas e pagamentos projetados ao fundo ^{1/}

(Milhões de DSE; com base na utilização existente de recursos e nas participações atuais de DSE):

	<u>Próximo</u>				
	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>
Diretor	1,47	4.12	3.41	4.26	4,66
Encargos/Juros		0,00	0,00	0,00	0,00
Total	<u>1,47</u>	<u>4.12</u>	<u>3.41</u>	<u>4.26</u>	<u>4,66</u>

Quando um membro tiver obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o valor de tais atrasos será mostrado nesta seção.

VII. Implementação da Iniciativa PPME:

I. Compromisso de assistência PPME	Aprimorado
<u>Data do ponto de decisão</u>	<u>Estrutura</u>
Assistência comprometida	Dezembro de 2000
por todos os credores (US\$ Milhões) ^{1/}	421,70
Dos quais: Assistência do FMI (milhões de dólares)	11.91
(equivalente a SDR em milhões)	9h20

Data do ponto de conclusão	Dezembro de 2010
II. Desembolso de assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência paga ao membro	9h20
Assistência provisória	1,56
Saldo do ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional de receita de juros 2/	0,23
Desembolsos totais	9.43

^{1/} A assistência autorizada no âmbito do quadro original é expressa em termos de valor atual líquido (VAL) no ponto de culminação, e a assistência autorizada no âmbito do quadro reforçado é expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Portanto, esses dois valores não podem ser somados.

^{2/} No âmbito do quadro reforçado, é feito um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente à receita de juros auferida sobre o montante comprometido no ponto de decisão, mas não desembolsado durante o período intermédio.

VIII. Implementação da Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI):

I. Dívida elegível para MDRI (milhões de DSE) ^{1/}	0,51
Financiado por: MDRI Trust	0,00
Restantes recursos PPME	0,51
II. Alívio da dívida por mecanismo (milhões de DES)	

Dívida Elegível

<u>Data de entrega</u>	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Dezembro de 2010	N / D	0,51	0,51

^{1/} A MDRI proporciona 100 por cento de alívio da dívida aos países membros elegíveis que se qualificaram para a assistência. A assistência subvencionada do Fundo MDRI e dos recursos PPME proporciona alívio da dívida para cobrir o stock total da dívida devida ao Fundo no final de 2004 que permanece pendente quando o membro se qualifica para esse alívio da dívida.

IX. Implementação de Contenção e Socorro de Catástrofes (CCR):

<u>Data de Catástrofe</u>	<u>Decisão do Conselho Data</u>	<u>Valor comprometido (milhões de DES)</u>	<u>Valor desembolsado (milhões de DES)</u>
N / D	13 de abril de 2020	1.08	1.08
N / D	02 de outubro de 2020	1,36	1,36
N / D	01 de abril de 2021	1.12	1.12
N / D	06 de outubro de 2021	0,60	0,60
N / D	15 de dezembro de 2021	0,28	0,28

A partir de 4 de fevereiro de 2015, o Fundo de Alívio da Dívida Pós-Catástrofe foi transformado em Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes (CCR).

Ponto de decisão - ponto em que o FMI e o Banco Mundial determinam se um país se qualifica para assistência ao abrigo da Iniciativa PPME e decidem sobre o montante da assistência a comprometer.

Assistência provisória - montante desembolsado a um país durante o período entre os pontos de decisão e de conclusão, até 20 por cento anualmente e 60 por cento no total da assistência comprometida no ponto de decisão (ou 25 por cento e 75 por cento, respetivamente, em circunstâncias excecionais).

Ponto de conclusão - ponto em que um país recebe o saldo remanescente da sua assistência comprometida no ponto de decisão, juntamente com um desembolso adicional de receitas de juros, conforme definido na nota de rodapé 2 acima. O momento do ponto de culminação está ligado à implementação de reformas estruturais chave pré-acordadas (ou seja, ponto de culminação flutuante).

Preparado pelo Departamento Financeiro

Fonte: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberkey1=383&date1key=2023-08-31>

Anexo B: Guiné-Bissau: Compras e empréstimos pendentes em 31 de agosto de 2023

Stand-by/ Tranche de Crédito/ Emergência	Mecanismo de Fundo Estendido	Linha de Crédito Flexível e Linha Cautelar e de Liquidez 1'	Linha de Liquidez de Curto Prazo	PRGT	RST	SAF/Fundo Fiduciário	Outro	Total	
<u>31 de agosto de 2023</u>	0	0	0	0	32.898.400	0	0	0	32.898.400
<u>31 de dezembro de 2022</u>	0	0	0	0	30.501.600	0	0	0	30.501.600
<u>31 de dezembro de 2021</u>	0	0	0	0	32.518.000	0	0	0	32.518.000
<u>31 de dezembro de 2020</u>	0	0	0	0	20.320.200	0	0	0	20.320.200
<u>31 de dezembro de 2019</u>	0	0	0	0	22.762.600	0	0	0	22.762.600
<u>31 de dezembro de 2018</u>	0	0	0	0	24.211.000	0	0	0	24.211.000
<u>31 de dezembro de 2017</u>	0	0	0	0	22.631.400	0	0	0	22.631.400
<u>31 de dezembro de 2016</u>	0	0	0	0	18.019.800	0	0	0	18.019.800
<u>31 de dezembro de 2015</u>	0	0	0	0	13.632.000	0	0	0	13.632.000
<u>31 de dezembro de 2014</u>	0	0	0	0	10.792.000	0	0	0	10.792.000
<u>31 de dezembro de 2013</u>	0	0	0	0	7.242.000	0	0	0	7.242.000
<u>31 de dezembro de 2012</u>	0	0	0	0	7.242.000	0	0	0	7.242.000
<u>31 de dezembro de 2011</u>	0	0	0	0	7.242.000	0	0	0	7.242.000
<u>31 de dezembro de 2010</u>	0	0	0	0	2.414.000	0	0	0	2.414.000
<u>31 de dezembro de 2009</u>	5.325.000	0	0	0	1.016.000	0	0	0	6.341.000
<u>31 de dezembro de 2008</u>	3.550.000	0	0	0	2.032.000	0	0	0	5.582.000
<u>31 de dezembro de 2007</u>	0	0	0	0	3.284.250	0	0	0	3.284.250
<u>31 de dezembro de 2006</u>	0	0	0	0	5.455.250	0	0	0	5.455.250
<u>31 de dezembro de 2005</u>	0	0	0	0	8.046.250	0	0	0	8.046.250
<u>31 de dezembro de 2004</u>	177.500	0	0	0	9.988.750	0	0	0	10.166.250
<u>31 de dezembro de 2003</u>	1.686.250	0	0	0	12.088.750	0	0	0	13.775.000
<u>31 de dezembro de 2002</u>	3.283.750	0	0	0	13.952.500	0	0	0	17.236.250
<u>31 de dezembro de 2001</u>	3.550.000	0	0	0	14.897.500	0	0	0	18.447.500
<u>31 de dezembro de 2000</u>	3.550.000	0	0	0	15.422.500	0	0	0	18.972.500
<u>31 de dezembro de 1999</u>	2.130.000	0	0	0	10.500.000	0	0	0	12.630.000
<u>31 de dezembro de 1998</u>	0	0	0	0	10.500.000	0	450.000	0	10.950.000
<u>31 de dezembro de 1997</u>	0	0	0	0	8.137.500	0	900.000	0	9.037.500
<u>31 de dezembro de 1996</u>	0	0	0	0	3.675.000	0	1.650.000	0	5.325.000
<u>31 de dezembro de 1995</u>	0	0	0	0	1.575.000	0	2.400.000	0	3.975.000
<u>31 de dezembro de 1994</u>	0	0	0	0	0	0	3.150.000	0	3.150.000
<u>31 de dezembro de 1993</u>	0	0	0	0	0	0	3.450.000	0	3.450.000
<u>31 de dezembro de 1992</u>	0	0	0	0	0	0	3.750.000	0	3.750.000
<u>31 de dezembro de 1991</u>	0	0	0	0	0	0	3.750.000	0	3.750.000
<u>31 de dezembro de 1990</u>	0	0	0	0	0	0	3.750.000	0	3.750.000
<u>31 de dezembro de 1989</u>	0	0	0	0	0	0	3.750.000	0	3.750.000
<u>31 de dezembro de 1988</u>	703.125	0	0	0	0	0	1.500.000	0	2.203.125

<u>31 de dezembro de 1987</u>	1.640.625	0	0	0	0	0	1.500.000	0	3.140.625
<u>31 de dezembro de 1986</u>	1.875.000	0	0	0	0	0	0	0	1.875.000
<u>31 de dezembro de 1985</u>	1.875.000	0	925.000	0	0	0	0	0	2.800.000
<u>31 de dezembro de 1984</u>	1.875.000	0	1.850.000	0	0	0	0	0	3.725.000

^{1/} Inclui também CCFF e Estoque Regulador.

Fonte: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/exportal.aspx?memberKey1=383&date1key=2023-08-31&category=EXC>

Anexo C: Transações com o Fundo de 01 de maio de 1984 a 31 de agosto de 2023

Conta de Recursos Gerais		Confiança para Redução da Pobreza e Crescimento ^{1/2/}				Resiliência e SustentabilidadeConfiança				Total		
Compras		Taxas pagas	Empréstimos		Juros pagos	Empréstimos		Juros pagos	Compras e Empréstimos		Encargos e juros pagos	
Desembolsos	Recompras		Desembolsos	Reembolsos		Desembolsos	Reembolsos		Desembolsos	Reembolsos		
2023	0	0	0	4.740.000	2.343.200	0	0	0	0	4.740.000	2.343.200	0
2022	0	0	0	0	2.016.400	0	0	0	0	0	2.016.400	0
2021	0	0	0	14.200.000	2.002.200	0	0	0	0	14.200.000	2.002.200	0
2020	0	0	0	0	2.442.400	0	0	0	0	0	2.442.400	0
2019	0	0	0	0	1.448.400	0	0	0	0	0	1.448.400	0
2018	0	0	0	3.028.000	1.448.400	0	0	0	0	3.028.000	1.448.400	0
2017	0	0	0	6.060.000	1.448.400	0	0	0	0	6.060.000	1.448.400	0
2016	0	0	0	5.112.000	724.200	0	0	0	0	5.112.000	724.200	0
2015	0	0	0	2.840.000	0	0	0	0	0	2.840.000	0	0
2014	0	0	0	3.550.000	0	0	0	0	0	3.550.000	0	0
2011	0	0	0	4.828.000	0	0	0	0	0	4.828.000	0	0
2010	0	5.325.000	35.880	10.295.000	8.897.000	111	0	0	0	10.295.000	14.222.000	35.991
2009	1.775.000	0	63.590	0	1.016.000	8.832	0	0	0	1.775.000	1.016.000	72.422
2008	3.550.000	0	69.855	0	1.252.250	14.261	0	0	0	3.550.000	1.252.250	84.116
2007	0	0	0	0	2.171.000	22.282	0	0	0	0	2.171.000	22.282
2006	0	0	0	0	2.591.000	34.322	0	0	0	0	2.591.000	34.322
2005	0	177.500	1.066	0	1.942.500	44.364	0	0	0	0	2.120.000	45.430
2004	0	1.508.750	27.141	0	2.100.000	54.756	0	0	0	0	3.608.750	81.897
2003	0	1.597.500	67.240	0	1.863.750	65.038	0	0	0	0	3.461.250	132.278
2002	0	266.250	102.656	0	945.000	72.521	0	0	0	0	1.211.250	175.177
2001	0	0	164.437	0	525.000	76.005	0	0	0	0	525.000	240.442
2000	1.420.000	0	168.358	5.080.000	157.500	52.377	0	0	0	6.500.000	157.500	220.735
1999	2.130.000	0	9.037	0	450.000	53.211	0	0	0	2.130.000	450.000	62.248
1998	0	0	0	2.362.500	450.000	53.158	0	0	0	2.362.500	450.000	53.158
1997	0	0	0	4.462.500	750.000	37.422	0	0	0	4.462.500	750.000	37.422
1996	0	0	0	2.100.000	750.000	33.783	0	0	0	2.100.000	750.000	33.783
1995	0	0	0	1.575.000	750.000	18.573	0	0	0	1.575.000	750.000	18.573
1994	0	0	0	0	300.000	8.553	0	0	0	0	300.000	8.553
1993	0	0	0	0	300.000	18.411	0	0	0	0	300.000	18.411

1992	0	0	0	0	0	18.749	0	0	0	0	0	18.749
1991	0	0	0	0	0	28.213	0	0	0	0	0	28.213
1990	0	0	0	0	0	17.945	0	0	0	0	0	17.945
1989	0	703.125	37.501	2.250.000	0	7.488	0	0	0	2.250.000	703.125	44.989
1988	0	937.500	84.688	0	0	5.249	0	0	0	0	937.500	89.937
1987	0	234.375	120.312	1.500.000	0	0	0	0	0	1.500.000	234.375	120.312
1986	0	925.000	170.110	0	0	0	0	0	0	0	925.000	170.110
1985	0	925.000	236.981	0	0	0	0	0	0	0	925.000	236.981
1984	1.875.000	0	121.938	0	0	0	0	0	0	1.875.000	0	121.938

Fonte:

<https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extrans1.aspx?memberKey1=383&endDate=2023-08-31>

^{1/} Inclui empréstimos ao abrigo do Mecanismo de Ajustamento Estrutural e do Fundo Fiduciário.

^{2/} Anteriormente Mecanismo de Crescimento e Redução da Pobreza e Mecanismo de Choques Exógenos.